

PAISAGEM E FRONTEIRA:

A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a paz.

Raquel Agnes Santos Fonseca

ERECHIM

2023

RAQUEL AGNES SANTOS FONSECA

PAISAGEM E FRONTEIRA:

A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a paz.

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo José de Souza

ERECHIM

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Fonseca, Raquel Agnes Santos

PAISAGEM E FRONTEIRA: A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a paz. / Raquel Agnes Santos Fonseca. -- 2023.
81 f.:il.

Orientador: Doutor Reginaldo José de Souza

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Chapecó,SC; Erechim,RS, 2023.

1. Geografia. 2. Guerra. 3. Paz. 4. Natureza. I.
Souza, Reginaldo José de, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul.
III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RAQUEL AGNES SANTOS FONSECA


PAISAGEM E FRONTEIRA:

**A GEOGRAFIA, ISSO SERVE, EM PRIMEIRO LUGAR, PARA FAZER A
PAZ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 04/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **REGINALDO JOSE DE SOUZA**
Data: 15/02/2024 08:52:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Reginaldo José de Souza – UFFS

Orientador

Assinado por: **MARIA DE FÁTIMA GRILO VELEZ DE
CASTRO**
Num. de Identificação: 11527585
Data: 2024.02.09 17:53:41+00'00'

Prof. Dra. Maria de Fátima Velez de Castro – Ucoimbra

Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS ALBERTO TORRES**
Data: 09/02/2024 16:17:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Alberto Torres – UFPR

Avaliador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que na distância sempre se fizeram presente: meu pai Alberto, minha mãe Dionéia, meu irmão Betinho, meus sobrinhos Yagho, Yeshua e Yarah, minha cunhada Cláudia, vocês são minhas referências de afeto e apoio!

Agradeço ao meu orientador, amigo e irmão do coração, o Professor Doutor Reginaldo José de Souza, que desde um trabalho de campo na Ilha do Cardoso - SP, em uma noite estrelada e uma conversa despretensiosa, marcou o início de uma bela trajetória acadêmica juntos, de vida, de partilha e de muito afeto.

Sou grata a todo incentivo e puxão de orelha, sou grata por acreditar e incentivar!

Agradeço as amigas e amigos: Lays, Adriana, Fernanda, Marjorie, Anila, Zoraia, Paula Lindo, Ariadne, Ana Lessa, Iara, Pac, Kalinka, Rebeca, Eduarda, Michele, Rapha, Carini, Manu, Jéssica, Vitor, Everton, Lucas Ribas, Lucas Ponte, Luis, Jota, Felipe Bruschi e tantas outras e outros que em diferentes momentos da minha vida me ensinaram e ensinam sobre a importância de ter com quem contar, para as alegrias e os dias de tristeza. Vocês me inspiram!

Agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Erechim e Chapecó, que foi minha casa durante sete anos, ali meus sonhos foram acolhidos, nas pessoas que conheci, nas professoras e professores, nos colegas que em diferentes momentos pude aprender sobre outros olhares deste mundo.

Por fim, agradeço ao apoio financeiro que foi fundamental para que essa pesquisa se realize-se, em um primeiro momento a partir da Universidade Federal da Fronteira Sul, e após, o apoio da DS CAPES. Meu agradecimento!

Minha eterna gratidão a essa instituição e suas pessoas!

Agradeço aos encontros e desencontros!

*“Vengo en busca de respuestas
Con el manojo lleno y las venas abiertas
Vengo como un libro abierto
Anciosa de aprender la historia no contada de nuestros ancestros
Con el viento que dejaron los abuelos y que vive en cada pensamiento
De esta amada tierra, tierra
Quien sabe cuidarlo es quien de verdad la quiere
Vengo para mirar de nuevo para deducirlo y despertar el ojo ciego
Sin miedo, tu y yo
(...)
Vengo a construir un sueño
El brillo de la vida que habita del hombre nuevo
Vengo buscando un ideal”*

Ana Tijoux – Vengo (2014)

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo propor uma análise da fronteira enquanto um marcador da guerra, para em seguida, apresentar a paisagem como um conceito que nos leve a compreensão do que pode ser a paz. Para isso, parte-se da obra de Yves Lacoste: “A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” por compreender sua importância na consolidação de uma ciência que se tornou instrumental para a dominação e prática da guerra. Diante do exposto, este trabalho foi organizado em quatro partes, apresentando no primeiro capítulo o percurso traçado que incitou a provocação para essa pesquisa, tendo como início, o percurso de iniciação científica na graduação voltado a estudos fronteiriços sobre conjuntos paisagísticos transnacionais e por consequência a ideia de raia. No segundo capítulo dedico aos estudos de três chaves interpretativas, que correspondem a uma problemática entre a concepção da Natureza e natureza humana, apresento da seguinte forma: A Natureza; A Sociedade; A Guerra. No terceiro capítulo, dividido em três itens, tem-se como objetivo analisar as relações entre a consolidação de Estados Nação, suas relações com as grandes guerras do século XX, e por consequência a institucionalização da paz, enquanto um conceito de aplicação na realidade, problematizando Organizações Internacionais e suas relações com o sistema capitalista, os três itens correspondem a: A paz enquanto produto/objetivo da guerra: as regras do jogo; A paz enquanto ideal liberal: estamos encharcados de desejos; O conflito na construção da paz: escalas e representações. Por fim, no quarto e último capítulo, desenvolvo a proposta de uma Geografia paisagística que nos leve a um sentido de paz. A paisagem em sua abertura para a Natureza em justaposição a nossa dimensão existencial, pode ser um caminho que nos leve a relações baseadas na ética e estética para pensar e fazer mundos melhores, sobretudo, sem guerras.

Palavras-chave: Guerra; Paz; Geografia; Ética; Natureza.

RESUMEN

La presente disertación tuvo como objetivo proponer un análisis de la frontera como marcador de guerra, para luego presentar el paisaje como un concepto que nos lleve a comprender lo que puede ser la paz. Para ello, partimos de la obra de Yves Lacoste: “Geografía – Sirve, en primer lugar, para hacer la guerra” para comprender su importancia en la consolidación de una ciencia que se volvió instrumental para la dominación y la práctica de la guerra. En vista de lo anterior, este trabajo se organizó en cuatro partes, presentando en el primer capítulo el camino trazado que motivó la provocación de esta investigación, comenzando por el camino de iniciación científica de pregrado centrado en los estudios de frontera desde la perspectiva de lo transnacional y en consecuencia la idea de racha. En el segundo capítulo me dedico al estudio de tres claves interpretativas, que corresponden a un problema entre la concepción de la Naturaleza y la naturaleza humana, lo presento de la siguiente manera: Naturaleza; La sociedad; La guerra. El tercer capítulo, dividido en tres temas, pretende analizar las relaciones entre la consolidación de los Estados Nación, sus relaciones con las grandes guerras del siglo XX, y en consecuencia la institucionalización de la paz, como concepto de aplicación en la realidad, problematizando a los Organismos Internacionales. y sus relaciones con el sistema capitalista, los tres ítems corresponden a: La paz como producto/objetivo de la guerra: las reglas del juego; La paz como ideal liberal: estamos empapados de deseos; El conflicto en la construcción de paz: escalas y representaciones. Finalmente, en el cuarto y último capítulo, desarrollo la propuesta de una Geografía del paisaje que nos lleve a una sensación de paz. El paisaje, en su apertura a la Naturaleza en yuxtaposición a nuestra dimensión existencial, puede ser un camino que nos lleve a relaciones basadas en la ética y la estética para pensar y hacer mundos mejores, sobre todo, sin guerras.

Palabras clave: Guerra; Paz; Geografía; Principio moral; Naturaleza.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- 1. PET – Parque Estadual do Turvo**
- 2. ONU – Organização das Nações Unidas**
- 3. ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**
- 4. SDN – Sociedade das Nações**
- 5. OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte**
- 6. IDH – Índice de Desenvolvimento Humano**

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Travessia entre Brasil e Argentina no Rio Uruguai.....	09
Figura 02: Paisagem do Salto do Yucumã Brasil – Argentina.....	10
Figura 03: Paisagem do Salto do Yucumã Argentina – Brasil.....	10
Figura 04: Trajeto Reserva Yaboti – Misiones – Argentina.....	11
Figura 05: Mirante Reserva Yaboti – Misiones – Argentina.....	11
Figura 06: Concentração da população para limpeza do rio Uruguai em El Soberbio.....	12
Figura 07: Participação da ação de limpeza do rio Uruguai com os moradores.....	12
Figura 08: Pesca ilegal no rio Uruguai.....	13
Figura 09: Reunião e confraternização após a limpeza do rio Uruguai.....	13
Figura 10: Mapa de Ga-Sur.....	16
Figura 11: Fragmento do quadrinho “Persépolis” de Marjane Satrapi.....	24
Figura 12: Esquema “Natureza; Sociedade; Guerra.”	33
Figura 13: Deuses: Bombardeio Israelense no sul da faixa de Gaza.....	41
Figura 14: Vermes: Terremoto na cidade turca de Kahramanmaras.....	41
Figura 15: Tratado de Paris.....	46
Figura 16: Conferência de Postdam.....	46
Figura 17: Fotografia sobre ação de pacificação na favela da Rocinha – RJ.....	51
Figura 18: Atividade de debate sobre a guerra entre Israel e Palestina.....	59
Figura 19: Esquema “Do desejo à paz liberal”	61
Figura 20: Quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.....	63
Figura 21: Esquema “Do desejo à prática da paz”	69
Figura 22: Quadro síntese “Para uma Geografia paisagística”.....	73
Figura 23: Frame do documentário “Racionais: Das Ruas de São Paulo Pro Mundo”.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
Capítulo 1 - Entender a Guerra e Buscar a Paz.....	8
1.1 O início de uma trajetória e futuros caminhos paisagísticos.....	8
1.2 Uma categoria espacial/existencial que pode nos chamar para a paz	27
Capítulo 2 - Racionalidade: fundamentos e conexões com a geografia.	33
2.1 A Natureza	35
2.3 A Sociedade	42
2.3 A guerra	47
Capítulo 3 - A Paisagem e a Paz nas Fronteiras: uma possibilidade	52
3.1 A paz enquanto produto/objetivo da guerra: as regras do jogo.	53
3.2 A paz enquanto ideal liberal: estamos encharcados de desejos.	59
3.3 O conflito na construção da paz: escalas e representações.	65
Capítulo 4 - A paisagem como possibilidade de pensar a paz através da fronteira.	68
4.1 Uma questão paisagística: Afinal, a Geografia, serve para fazer a paz?	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
Referências.....	80

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é consequência de inquietações que surgiram a partir do período de iniciação científica, durante minha graduação, que trouxe como foco a reflexão acerca dos estudos da paisagem atrelados à interpretação das áreas de fronteira. Defendi, que a paisagem se define a partir da interpenetração das dimensões culturais, ambientais e econômicas, nas semelhanças e conflitos entre as porções territoriais fronteiriças, que extrapolam marcos pontuais.

O debate sobre a paisagem em sua dimensão da existência e categoria do pensamento humano (SERRÃO, 2011) bem como na nossa compreensão do que conhecemos e supomos sobre a natureza, e do outro enquanto semelhante, nos revela a sobreposição de tempos marcada no espaço, em suas formas de apropriação e suposta dominação da natureza, discurso esse marcante na contemporaneidade, e conseqüentemente na dominação dos seres humanos, uns pelos outros. A fronteira enquanto encontro de políticas de Estado e política dos sujeitos que constroem esse espaço, evidencia contradições do território nação em relação à paisagem que une lugares, tidos como contrários, seja nas relações internacionais de vizinhança como nas partilhas socionaturais¹.

Já a investigação, proposta nesta pesquisa, tem como objetivo o aprofundamento e debate teórico da guerra, enquanto consequência de uma forma de dominação e delimitação de países por outrem, materializadas na fronteira. Assim, essa pesquisa tem como objetivo trazer a discussão entre a relação sociedade e natureza, em um primeiro momento investigando a guerra, como resultado de uma racionalidade que nega a morte², mas que na prática utiliza meios para a anulação do outro.

Parto destas entradas conceituais pois, é a partir da fronteira que comecei meus estudos. A guerra enquanto ferramenta na delimitação de territórios e a paisagem como uma entrada para ler o mundo. Uma geografia comprometida com a existência e dignidade humana. Assim, parto do seguinte entendimento:

¹ Conceito emprestado de Erik Swyngedouw (2001).

² Becker (1974) em seu livro “A negação da morte” vai apresentar uma profunda reflexão sobre esse tema considerando o complexo de repressão desenvolvido por Freud no início do século XX. Becker, um pouco diferente de Freud, vai dizer que o principal motor de repressão na sociedade não é a sexualidade, mas, sim, o medo da morte. Seguindo esta linha de raciocínio, então, temos que o ser humano sempre busca fugir/negar a sua própria morte, mesmo que isso seja às custas da morte de outro (s).

a) A fronteira, enquanto espaço de limite político, mas que não deveria limitar o trânsito das pessoas, insere o debate da geografia política como área de abrangência e discussão de uma geografia humana e social;

b) A paisagem, enquanto dimensão da existência, que nos fornece a possibilidade de investigação das dinâmicas socionaturais lindeiras, através de relações porosas que podem contrapor a ideia de um limite geométrico estático, valorizando a existência de espaços que compõe dinâmicas específicas que extrapolam o sentido da fronteira ou do limite como reguladores de existências.

Se a fronteira é o espaço definido historicamente a partir do conflito, da guerra, situação ainda presente na atualidade como é o caso dos palestinos (para comentar uma esfera geopolítica), discuti-la sob a ótica da paz na contemporaneidade é se contrapor à ideia de uma geografia nacionalista/ufanista, de uma geografia a serviço do poder enquanto ferramenta de coerção, e mesmo de mascarar a realidade (LACOSTE, 2012). Assim, a presente pesquisa tem como objetivo elevar o entendimento de paz, como forma de compreender as geografias das margens.

Levantar a discussão sobre a paz, a partir das áreas de fronteira, pode contribuir para o pensamento geográfico, e das ciências humanas de forma geral, no sentido de percebermos essas áreas conflituosas³ como continuidades de espaços de vida, por exemplo, para grupos originários; no caso da proibição do livre trânsito pela superfície terrestre por conta de questões econômicas, ou por violações de direitos, como acontece com pessoas refugiadas; nas situações de crescente migração de latino-americanos para o hemisfério norte em busca de melhores condições de vida⁴.

Se, em meu trabalho de conclusão de curso, propus uma leitura referente a duas temáticas, ambiental e cultural, a partir de conjuntos que atravessam e continuam apesar da fronteira sul-rio-grandense, aqui pretendo trazer a paisagem como dimensão de existências políticas, enquanto categoria comum a todos, que, antes mesmo de se tornar palavra, foi e é base da experiência humana sobre a superfície da terra, e por isso capaz de criar ajuizamentos éticos e estéticos, portanto, políticos. Afinal, é a partir do nosso olhar estético, que criamos ajuizamentos da natureza (KANT, 2008) das relações humanas, do que é belo

³ É importante ressaltar que o termo guerra ganha na modernidade sentidos outros, a partir do desenvolvimento tecnológico, da divisão do trabalho, e da gestão de territórios a partir de centros urbanos, a guerra não necessariamente estará explícita, como as grandes guerras mundiais.

⁴ Todas estas situações chamam atenção para discutir a fronteira não como simples espaço de passagem, mas, como espaço de sobrevivência, muitas vezes de vida, de fuga, de busca por dignidade.

e feio, bom e ruim, feliz ou triste, que nos ampara ou desampara. Assim, definir a fronteira, enquanto situação para discutir a paisagem, e por consequência, a paz comum, pode ser ponto chave para confrontar modos de definição de territórios que partem de tentativas – como se fosse possível⁵ – de definir a natureza em geometrias.

O trabalho está organizado a partir de quatro pontos para o desenvolvimento das ideias centrais que o contemplam, sendo: 1. Entender a Guerra e Buscar a Paz; 2. Racionalidade: fundamentos e conexões com a Geografia; 3. A Paisagem e a Paz nas Fronteiras: uma possibilidade; 4. A paisagem como possibilidade de pensar a paz através da fronteira.

No terceiro capítulo, dividido em três itens, tem-se como objetivo analisar as relações entre a consolidação de Estados Nação, suas relações com as grandes guerras do século XX, e por consequência a institucionalização da paz, enquanto um conceito de aplicação na realidade, problematizando Organizações Internacionais e suas relações com o sistema capitalista, os três itens correspondem a: A paz enquanto produto/objetivo da guerra: as regras do jogo; A paz enquanto ideal liberal: estamos encharcados de desejos; O conflito na construção da paz: escalas e representações. Por fim, no quarto e último capítulo, desenvolvo a proposta de uma Geografia paisagística que nos leve a um sentido de paz. A paisagem em sua abertura para a Natureza em justaposição a nossa dimensão existencial, pode ser um caminho que nos leve a relações baseadas na ética e estética para pensar e fazer mundos melhores, sobretudo, sem guerras.

Se a geografia foi, e ainda é, em muitos momentos, vista e apreendida com a função de quantificar os territórios (LACOSTE, 2012), enquanto conhecimento neutro, a paisagem se faz necessária enquanto ferramenta conceitual de repensarmos nossa existência, de mediar a relação com o outro e como espaços tão desiguais ainda são produzidos e reproduzidos. Turra Neto (2012) comenta que o território é intimamente relacionado aos grupos sociais, ou seja, é a população que confere sentido a ele.

As relações de poder que partem do território nem sempre serão óbvias na paisagem, se a observamos para além de um suposto controle humano, podemos a defender enquanto elemento que traz consigo possibilidades de análise que podem ampliar nossa percepção existencial, aliada as percepções da natureza que se fazem contínuas e as relações sociais que permeiam estes eventos e incidem sobre a sociedade em modos sempre conflitantes, esta questão é defendida nesta dissertação a partir do sentido de desamparo diante de nossa

⁵ Georg Simmel (2009) traz essa discussão paisagística em “A Filosofia da Paisagem”.

condição. A paisagem como chave de leitura a partir do território, nos fornece duas dimensões; a primeira de confrontar nossa pequenez diante da Natureza, e do nosso próprio fim, a Natureza enquanto fato; a segunda, de perceber de que forma a sociedade tem, no passar do tempo, marcado no espaço, mantido e sobreposto relações de desigualdade, de aniquilação do outro e de falta de entendimento da própria finitude, no terror à morte (BECKER, 2021) e no sentimento de solidariedade e cooperação para a própria existência e a do outro, no aqui e agora. Já o lugar aliado a dimensão paisagística, nos demonstra outra escala de análise, onde não se trata do Estado como ente único legislador e legítimo de conceber e organizar o espaço, mas abre possibilidades de outras percepções subjetivas de compreensão do existir, de paisagens que percebidas de lugares distintos se fazem dependentes pelo elo finito e natural, seja no pertencimento ou em sua negação, Souza (2018, p. 382) explica que a paisagem enquanto lugar é diferente do lugar enquanto paisagem “Isto porque a amplitude da paisagem faz com que se perceba ser o lugar um dos seus conteúdos espaciais.”, logo o lugar é lugar para alguém que o percebe, diferente do território que cria ajuizamentos generalistas e confere muito mais um sentido de contenção espacial, de certa coesão.

Capítulo 1 - Entender a Guerra e Buscar a Paz

Há algo da interrogação que se transfere para a resposta.

(VESENTINI, José Willian. 2012, p. 7)

1.1 O início de uma trajetória e futuros caminhos paisagísticos

Se a geografia serve/serviu para a guerra, por que não pode servir para a paz? É dessa interrogação que pretendo buscar respostas nesta pesquisa. A geografia servir à guerra, não se trata de uma figura de linguagem, isto é um fato, fato esse que foi base para um conhecimento de ação militar no espaço, na dominação de outros territórios antes que configurassem o território nação, tal qual concebemos na atualidade, um mundo que se compreende e apreende a partir de uma representação fixa e aparentemente estável, o mapa mundo.

A presente questão, que rege nosso entendimento do mundo, teve em minha trajetória uma quebra quando estudei as relações fronteiriças, compreendidas enquanto raianas⁶, no noroeste gaúcho, da fronteira Sul-Rio-Grandense. Foi a partir do trabalho de campo⁷ que pude entender continuidades socionaturais que extrapolam a representação cartográfica.

Ao chegar na fronteira, pode-se pensar que se encontrará ali “outro” mundo. Nesta experiência, tive como objeto de estudo recortes espaciais que demonstravam didaticamente

⁶ A ideia de “raia” que apresento aqui, teve origem no projeto guarda-chuva do orientador, Prof. Reginaldo Souza. O projeto dele se intitula “Paisagem e Fronteira: Geografias da Raia Internacional Sul-rio-grandense”. Este projeto tem como mote o estudo de elementos ambientais e culturais presente no Brasil, na Argentina e no Paraguai, que desafiam o entendimento da fronteira no que diz respeito a possibilidades de integração transnacional para a elaboração de políticas públicas para melhorar a gestão dos bens internacionais, como é o caso do Parque Estadual do Turvo (Brasil), uma área de reserva florestal que se conecta com a Reserva de la Biosfera Yabotí (Argentina); além dos sítios arqueológicos das Missões Jesuítico-Guaranis que se estendem por territórios gaúchos, argentinos e paraguaios. O projeto em questão pretende situar o debate da fronteira como “Raia” porque se volta mais para os aspectos paisagísticos de integração internacional do que para os limites territoriais das nações. A “raia”, portanto, parte desta definição da fronteira como paisagem de integração e não como território de limitação/divisão das realidades. Vale dizer que a noção de “raia” foi introduzida na Geografia brasileira por Messias Modesto dos Passos, a partir de um projeto que coordenou na Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

⁷ Ocorrido em abril de 2019 nos municípios de Derrubadas/RS (onde fica a sede do Parque Estadual do Turvo) e de El Soberbio/Misiones (onde se localiza a sede do Parque Provincial de Moconá, inscrito na Reserva de la Biosfera Yabotí).

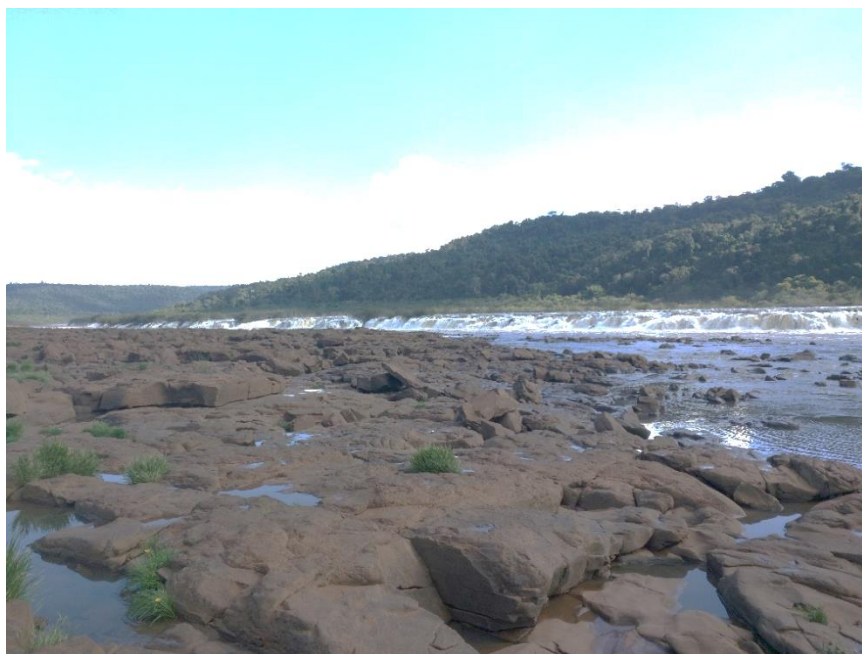
a continuidade ambiental e cultural apesar da fronteira, em sua materialidade, o Salto do Yucumã, no rio Uruguai, enquanto encontro de duas áreas de conservação ambiental no Brasil e Argentina, e as Missões Jesuítico Guaranis nas reduções que formam um conjunto histórico e cultural no Brasil, Argentina e Paraguai. Em campo, percebi que mesmo com as distinções de uso da terra no entorno das áreas de conservação, ou mesmo das políticas voltadas à população indígena guarani m'bya, e a concepção dos turistas, há de fato uma convergência de contatos sob a perspectiva do turismo e relações de amizade e parentesco locais.

Um dos momentos marcantes foi a ação de limpeza do rio Uruguai, onde está o Salto do Yucumã, ali presenciamos após a ação, um momento de confraternização entre cidadãos dos dois países, e mais, cidadãos de um espaço de continuidades paisagísticas, onde a paisagem do outro lado, não é apenas o outro lado, mas continuidades recíprocas de existências comuns. A seguir, alguns registros que ilustram a experiência referente às discussões ambientais em torno do Salto do Yucumã.



Fotografia 01: Travessia entre Brasil e Argentina no Rio Uruguai, por balsa, posto aduaneiro em funcionamento na época, apenas do lado Argentino. O lado brasileiro não dispunha de aduana, dificultando o acesso legal de argentinos e conseqüentemente na procura de turismo para conhecer o PET-Parque Estadual do Turvo, onde podemos ter a visualização das quedas do Salto, a vista da

queda a partir da Argentina é feita através de passeios de barco pagos. (Fotografia obtida em trabalho de campo, abril de 2019)



Fotografias 02 e 03: Paisagem com a visada do Brasil para as quedas do Salto do Yucumã, e Argentina. Esta paisagem é interessante porque nos dá o sentido daquilo que estamos chamando de “raia” na presente pesquisa. O apelo cênico desta paisagem é evidenciado pela beleza estética que ali existe. É como se a paisagem do Yucumã fosse um “privilegio” brasileiro (foto 02) e não argentino (foto 03). Contudo, o território desta paisagem é argentino. Isso reforça a ideia de que a paisagem está para além do território, a paisagem não respeita limites de fronteiras impostos pelas sociedade, presentes nos mapas. (Fotografia obtida em trabalho de campo, abril de 2019)



Fotografia 04: Trajeto na Reserva Yabotí, Argentina, até a sede do Parque Provincial de Moconá, com acesso em estrada pavimentada em boas condições, durante o trajeto é possível parar em mirantes para contemplação da área de conservação. (Fotografia obtida em trabalho de campo, abril de 2019)



Fotografia 05: Mirante da Reserva Yaboti – Argentina para o Parque Estadual do Turvo- Brasil e Rio Uruguai, na Argentina. É interessante destacar a diferença entre as áreas de preservação/conservação. O Parque do Turvo, no Brasil, tem 17.000 hectares de área conservada, enquanto a Reserva Argentina conta com 221.000 hectares. Com isso, vale destacar os diferentes impactos dos próprios processos de colonização nas diferentes realidades nacionais. Somente por

este dado, podemos dizer que o desmatamento na escala regional foi muito mais intenso na porção brasileira. (Fotografia obtida em trabalho de campo, abril de 2019)



Fotografia 06 e 07: Concentração da população local, brasileiros e argentinos, assim como prefeitos de Três Passos - RS e El Soberbio - Misiones e Ministro do Meio Ambiente de Misiones, para a ação de limpeza do Rio Uruguai. A concentração foi realizada em uma propriedade particular de um morador local que apoia a ação em El Soberbio. (Fotografia obtida em trabalho de campo, abril de 2019)



Fotografia 08: A pesca ilegal é uma das problemáticas enfrentadas no rio Uruguai, diante da falta de fiscalização, e de condições outras, pudemos presenciar algumas armadilhas feitas de cordas que se estendem de um lado a outro do rio com pedras e iscas para capturar os peixes, inclusive espécies em estado de extinção. Além da presença de pneus de tratores e galões de agrotóxicos descartados à montante do rio. A Natureza não “obedece” às áreas de conservação em sua continuidade, nem mesmo a ação humana está separada da relação com esta. (Fotografia obtida em trabalho de campo, abril de 2019)

Fotografia 09: Momento após a ação de limpeza do rio, com falas de representações políticas e da população local, antes do momento do almoço de confraternização e celebração do rio Uruguai e Salto do Yucumã, que une essas paisagens comuns através da reunião das pessoas, dos diferentes segmentos sociais, de cidades de ambos os lados da fronteira. (Fotografia obtida em trabalho de campo, abril de 2019)

Ao mesmo tempo que temos aqui um conjunto de registros que demonstram relações fronteiriças, não como um impedimento, pude perceber a forma como cada Estado nação elabora conjuntos de leis que organizam o território, aqui em específico as referentes à questão ambiental, que expressam a compreensão da Natureza, bem como o que cabe à gestão dos parques, às problemáticas no entorno dessas áreas, como no Brasil com a ausência de uma zona de amortecimento prevista no código florestal. Sem esquecer a própria marginalidade em relação à estrutura e infraestrutura para a valorização da população local e os parques como ponto comum na integração e geração de economia e pesquisa⁸.

No entorno do PET existem cidades de pequeno porte que tem uma importante função justamente pelo seu caráter fronteiriço, deixadas à míngua, ponto esse relatado pela então secretária do meio ambiente de Derrubadas-RS. Com a falta de incentivo que valorizaria suas potencialidades, em visita recente ao parque, em julho de 2022, conhecemos duas mulheres que exercem a função de guias no Brasil, que estão em processo de formação acadêmica em Direito e Biologia, e têm grande estima pelo trabalho que desenvolvem ali, diferente da gestão que conhecemos em 2019, mas encontram dificuldades seja pelo aporte do Estado, como em relação à locomoção a outros municípios para suas respectivas formações. Atualmente, o PET está em processo de concessão para uma “parceria” público-privada, entre as propostas há algumas com semelhança ao parque nacional do Iguaçu, sede das cataratas em Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil, também em área de fronteira⁹.

A questão sobre as cidades sede do Salto do Yucumã nos leva pensar nas relações de êxodo rural para as cidades com maior infraestrutura, as similaridades entre campo e pequenas cidades estabelecem um cenário que merece atenção, o agronegócio movimenta boa parte da economia local, e estrangula outras possibilidades de produção de vida. Cabe

Para exemplificar essa situação, temos a própria infraestrutura com relação as estradas de acesso a Rota do Yucumã, no trajeto via Ametista do Sul, que seria o roteiro mais breve (para integração entre a Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Erechim, podendo ser um atrativo de pesquisa não só para o curso de Geografia, como para outros, tanto de humanas quanto naturais) boa parte é de estrada de chão, sem sinalização e fiscalização, há uma disputa evidente entre caminhões e veículos particulares (situação comum em boa parte do Brasil) mas importante de salientar, já que dificulta uma integração que fuja a lógica de um país voltado para sua costa, mas o sentido inverso de integração com os países vizinhos, rompendo com a ideia da fronteira em apenas sua concepção marginal.

⁹ A concessão foi realizada na data de 21 de julho deste ano, conforme notícia publicada na página do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, conforme o atual governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, está concessão para a iniciativa privada “(...) não significa a privatização do espaço, mas sim uma parceria que busca o bem-estar coletivo. O governo manterá o papel de regulador e fiscalizador, garantindo que os interesses públicos sejam preservados e que a natureza seja tratada com o devido respeito” ainda segundo a Secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura Marjorie Kauffmann, essa ação permitirá “(...) melhorar as condições do parque, proporcionando à população a oportunidade de fazer um turismo ecológico de qualidade, sem onerar os cofres estaduais. Além disso, a ideia é manter o foco no ensino por meio da entrada gratuita para estudantes e professores em atividades escolares e de educação ambiental”

ressaltar a provocação de Lacoste quanto a uma leitura do espaço com base marxista que pode se precipitar “(...) sobre metáforas espaciais as mais escorregadias, como “centro” e “periferia” (2012 [1985]).

Neste caso podemos correr o risco de analisar apenas uma face da realidade, a fronteira pelo seu papel geopolítico, para salientar sua importância, deveria ter mais relevância na agenda política, levando em consideração as demandas locais de cooperação, e não apenas seu caráter protecionista. Nesse sentido, a abordagem geográfica e dos geógrafos nas análises precisa estar comprometida em como ocorrem as relações de diferentes esferas que organizam o espaço.

Os geógrafos devem fazer a crítica dessas alegorias espaciais de envergadura planetária e mostrar que, para ter uma representação mais eficaz do mundo, é preciso levar em consideração diferentes níveis de análise e, para cada um deles, a complexidade das intersecções entre os múltiplos conjuntos espaciais. Eis aí a tarefa dos geógrafos! (LACOSTE, 2012 [1985], p. 132)

Centro e periferia em relação a quê? Todo espaço tem em si essas duas dimensões, a depender de qual abordagem se toma preferência, social, econômica, cultural, política, ambiental etc. Ou seja, é a partir de um interlocutor, seja esse cidadão, pesquisador, professor e o próprio Estado, para citar agentes que Lacoste trabalha em seu livro.

Na Geografia, geralmente, a fronteira aparece na representação cartográfica, como linha ou traços, um símbolo de uma compreensão e educação moderna do mundo. Massey (2008) diz que os “mapas atuais do tipo ocidental dão a impressão de que o espaço é uma superfície”. Dell’Agnese (2017) nos indica uma discussão voltada ao trabalho da Geografia e Antropologia, em especial no Tratado de Paris que, entre os processos de definição de nações, foram utilizadas como ferramentas de diferenciação de uma nação para a outra, a Geografia e a Antropologia:

[...] eram chamadas a traçar mapas etnográficos detalhados, capazes de dividir o mundo de modo preciso: o “território” de uma “nação” do território da “nação” vizinha, para satisfazer o direito de autodeterminação dos povos e eliminar as reivindicações irredentistas. (...) dava como certa a ideia que o mundo fosse realmente feito como um mosaico, no interior do qual cada peça colorida correspondia a um povo (uma nação ou etnia) com sua cultura e que cada peça fosse claramente distinguível daquela ao seu lado, a qual correspondia, por sua vez, a um povo e uma cultura diferentes. (DELL’AGNESE, 2017, sp)

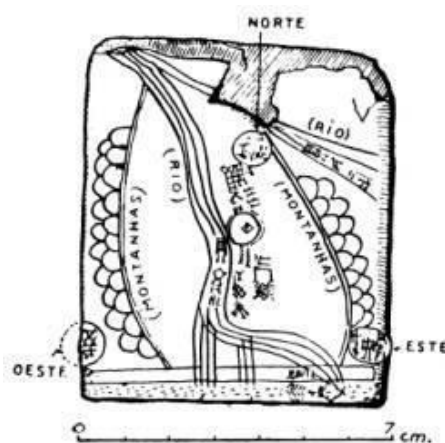
O problema da representação cartográfica, nesse sentido, torna-se importante neste trabalho, pois é a partir dela que muito ainda se pensa e faz Geografia, muitas vezes escapando à um olhar crítico das marcas de sua construção, mas como uma realidade pronta. Quando na realidade essas delimitações de zonas e linhas remontam conflitos e disputas que

caracterizaram e caracterizam formas de produzir ainda subjugadas a períodos de colonização, vide a própria manutenção de um modo de produção voltado a escoamento de matéria prima/graneleiro. Na atualidade se fazem ainda mais confusos a partir deste novo momento de um sistema neoliberal, onde o capital especulativo dita o valor produtivo. Conflitos internos entre a própria população que se faz heterogênea se acirram.

A legitimação de um povo que só se faz quando representado por um Estado como ente supremo da organização da sociedade e da natureza. Há aqui uma questão importante, que se relaciona diretamente ao direito a vida e o prazer/desprazer existencial, é perceptível que não foi o Estado que conseguiu sucumbir com instintos mais primários do ser humano, na anulação do outro sempre como ameaça. A limitação paisagística observada por este viés de linhas e zonas tem em Doreen Massey (2008) na obra “Pelo Espaço: recortes através do espaço”, uma compreensão do que venho expressando, de uma geografia da diferença, assim como poderia se entender da fronteira pela paisagem¹⁰.

O problema aparece se começamos a pensar que aquela distância vertical nos traz a verdade. A forma dominante de mapeamento, porém, coloca o observador, ele mesmo não observado, fora e acima do objeto do olhar. Porém, o que me preocupa aqui é outro e menos reconhecido aspecto da tecnologia do poder: que mapas (mapas atuais do tipo ocidental) dão a impressão de que o espaço é uma superfície – que é a esfera de uma completa horizontalidade. (Massey, 2008, p. 160)

Vejamos o exemplo do mapa de Ga-Sur, considerado uma das representações mais antigas, encontrado na região da Mesopotâmia, atual Iraque, no Oriente Médio:



O MAPA MAIS ANTIGO
Placa de barro de Ga-Sur. 2500 A.C.

¹⁰ Massey (2008) está dedicada neste trabalho a construir um debate sobre o espaço, não a paisagem diretamente, porém, a leitura de seu debate leva a pensar justamente na paisagem enquanto desdobramento do espaço, sendo para ela uma perspectiva horizontal quando se refere aos mapas, e aqui a paisagem é pensada em sua horizontalidade mas a partir daquele(a) que observa e apreende a paisagem.

Fonte: <https://igeo.ufrgs.br/museudetopografia/index.php/historico-da-topografia>

Neste exemplo, nota-se que a representação tem em si um sentido de inserção do observador na área representada, seja pelas atividades realizadas no entorno dos rios Tigre e Eufrates, como a própria representação dos acidentes geográficos adjacentes. Mais que a localização e a representação fidedigna do espaço, em termos de quantificação, há um sentido contido no porque se escolheu certos elementos para representação, o sentido e a intencionalidade se manifestam na representação, bem como o modo de vida, a natureza como facilidade e impedimento.

Enquanto o mapa desloca o observador para uma exterioridade do mundo, a paisagem se torna a nossa inserção e concepção do mundo, de uma realidade feita por sujeitos do aqui e agora. Ou seja, há a importância daquela/e que pertence ao lugar. Na Geografia é fundamental, não para uma visada “de tudo que existe”, mas, como as relações entre sociedade e natureza se fazem e refazem, seja a partir das dinâmicas da natureza, que estão para além do nosso controle, seja pelas ações humanas no espaço geográfico, um espaço que se faz e é analisado por sua importância, antes de mais nada, para a própria existência humana, esta que transforma e se metaboliza a partir da natureza e dos artifícios criados para produzi-la a seu favor.

Assim a construção moderna do sentido de Estado Nação, trouxe para a organização geográfica novos contornos de interpretação, que tendem a recortar o espaço enquanto um quebra-cabeças, se cria um certo tipo de conflito calcado na validação internacional, na imposição de um sentido único territorial, marcado como Estado-Nação, resultado das partilhas de continentes como a América¹¹, em traços sobre o mapa, transformando

¹¹ Aqui podemos chamar a atenção para os diversos Tratados realizados por países colonizadores afim de definir suas áreas de influências, em especial no século XX. Esses Tratados, que estabeleciam de alguma forma a ideia de paz, ao menos entre aqueles que exerciam o domínio, resultam hoje em problemáticas profundas no âmbito da população civil. Afinal não só houve o traçado artificial de fronteiras como a consolidação de estruturas sociais que permanecem até a atualidade, conforme Quijano (2005, p.117) explica: “A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.”

profundamente modos de vida além de estruturar sociedades baseadas na diferenciação de raça e controle do trabalho.

O consenso quanto à existência de uma população equânime a um território, como ocorreu na Europa (cristã e branca, em linhas gerais), não foi o que aconteceu em regiões como o Oriente Médio e África, é o exemplo da população palestina e do Estado de Israel, onde a divergência se fez e se faz a partir da intervenção do outro, de um modelo do que seria democrático, correto e justo¹². Processos de independência na África, a exemplo do Sudão e Sudão do Sul, que marcam a recente criação de novas fronteiras internas, além de um mercado dependente da exploração e exportação de petróleo e a consequente produção de refugiados.

A concepção e conflitos na delimitação dos Estados, via legitimação internacional, irá variar de acordo com qual esfera e disputa está colocada interna, entre a população e representações, e externamente entre agentes que irão validar ou não a organização social e política deste outro território, um exemplo são as sanções realizadas a países “em desenvolvimento” ou que contrariam a lógica dominante. A autonomia local é sempre posta em jogo via o olhar estrangeiro, não de vizinhança, mas de influências que ao fundo guardam interesses geoestratégicos, que são ainda uma forma de expansão territorial.

Assim o são os Estados enquanto exercício de Poder e influência nas relações internacionais na arena geopolítica, legitimados ou não em instituições multilaterais como a ONU, que tem como função humanitária e de conceder diretrizes com base nos direitos humanos, mas que se torna mais um instrumento de narrativas que são desiguais. A população civil, atingida e flagelada pelos confrontos decididos nestas salas, acabam por se tornar apenas uma massa de manobra com tons narrativos suaves entre representantes que anulam a verdade factual como forma de reelaborar ou de fato pensar a não violência e a dignidade humana.

Essa escala intercontinental, calcadas na caracterização de outros espaços a partir do colonialismo, imperialismo e mais recentemente o neoliberalismo, são estruturas que se complementam e coexistem. Dividir regiões artificialmente, passou a ser a prática em

¹² O jornalista Tim Marshall (2018, p.148) em “Prisioneiros da Geografia” explica o processo de traçar fronteiras artificiais e como esta prática significou a gênese de problemas que permanecem até a atualidade nos conflitos do Oriente Médio, em suas palavras, explica que “A expressão Sykes-Picot tornou-se taquigrafia para as várias decisões tomadas no primeiro terço do século XX que traíam promessas feitas a líderes tribais e que explicam em parte a inquietação e o extremismo atual. Essa explicação, porém, pode ser exagerada: havia violência e extremismo antes que os europeus chegassem. Ainda assim, como vimos na África, criar “Estados-nação” arbitrariamente a partir de pessoas não habituadas a viver juntas numa região não é uma receita de justiça, igualdade e estabilidade. “

tratados e acordos que pressupunham a paz, definindo territórios enquanto posse, até a consequente independência dos povos, independentes, porém com uma estrutura pronta para a subordinação a um mercado de produção mundial. A prática da partilha e do controle do outro se tornou a regra como medida de se ter acesso a recursos, seja a matéria prima como a mão de obra e em posteriormente o mercado consumidor.

É sobre este cenário que é preciso recordar as distinções entre a geopolítica e a geografia política, a primeira que tinha e tem como pressuposto o uso da Geografia para fins estratégicos, como de coerção da própria população¹³, e foi em muitos momentos construída e utilizada para o entendimento dos territórios, ora como forma de proteção e defesa, ora como compreensão das relações exteriores, inserindo a território enquanto prioridade na forma de interpretar o mundo, e consequente expansão, como a necessidade de se criar uma unidade política e cultural homogênea, neste último caso¹⁴, tendo como referência a própria Europa ocidental enquanto região que inaugura o sentido de Estados Nação, e por isso, atinge melhor o objetivo¹⁵. Em convergência com isso, Kant já sinalizava no século XVIII, em relação à diversidade de línguas e religiões como ponto crucial de uma propensão à guerra.

Assim como a natureza separa sabiamente os povos que a vontade de cada Estado gostaria de unir sob si pela astúcia ou violência – e, certamente, mesmo segundo os fundamentos do direito das gentes, - ela une também, por outro lado, povos que o conceito de direito cosmopolita não teria assegurado contra a violência e a guerra mediante o interesse próprio recíproco. Trata-se do *espírito do comércio* que não pode coexistir com a guerra e que mais cedo ou mais tarde se apodera de cada povo. (Kant, 2021 [1795], p.61)

¹³ A esse respeito, Lacoste exemplifica com uma passagem em sua obra sobre a guerra do Vietnã. Por seu impacto, transcrevo aqui esta passagem: “A guerra do Vietnã forneceu numerosas provas de que a geografia serve para a fazer a guerra da maneira mais global, mais total. Um dos exemplos mais célebres e mais dramáticos foi a execução, em 1965, 1966, 1967 e sobretudo em 1972, de um plano de destruição sistemática da rede de diques que protegem as planícies densamente povoadas do Vietnã do Norte: elas são atravessadas por rios caudalosos, com terríveis cheias que escoam não por vales mas, ao contrário, sobre elevações, terraços, que são formados por seus aluviões. Esses diques cuja importância é, de fato, absolutamente vital, não poderiam ter sido objeto de bombardeamentos maciços, diretos e evidentes, pois a opinião pública internacional ali teria visto a prova da perpetração de um genocídio. Seria preciso, portanto, atacar essa rede de diques, de forma precisa e discreta, em certos locais essenciais para a proteção de alguns 15 milhões de homens que vivem nessas planícies, cercadas por montanhas. Era necessário que esses diques se rompessem nos lugares em que a inundação teria as mais desastrosas consequências (Lacoste, 2012 [1985], p. 27)

¹⁴ Haja visto que o processo de definição de fronteiras se deu de forma contrária em outros continentes, calcados no princípio da colonização e do imperialismo. Ou seja, a definição das fronteiras em todo o mundo não se deu a partir da população pertencente a um território mas ao contrário. Essa herança na definição dos territórios pode ser analisada inclusive pelo ponto de vista do próprio fazer geográfico, quando Lacoste explica que: “(...) o problema não está somente entre o pesquisador e o poder, mas entre o pesquisador, o poder e aqueles que vivem no espaço ao qual se refere a pesquisa, isto é, os homens e mulheres que são, como se diz “objeto de estudo.” Esta ideia do afastamento pesquisador-objeto, nos dá a sensação de (des)pertencimento de um ator e pertencimento do outro, uma balança desigual que pode acarretar numa posição irresponsável.

¹⁵ Porém está coesão permanece sendo uma disputa, afinal por mais que se compreenda a Europa enquanto um continente de brancos e cristãos, não é apenas. Como são os frequentes casos relacionados a xenofobia, a crises humanitárias de refugiados no mediterrâneo buscando abrigo.

O Estado se torna o mediador de relações comerciais, como é possível perceber ainda mais evidente na contemporaneidade, com um comércio globalizado, que tem impacto direto na produção do espaço e na organização da vida social, como no mundo do trabalho, nos direitos civis, no direito de ir e vir. Dessa forma, a Geografia que replica modelos sem evidenciar os porquês¹⁶, descrevendo o mundo, a Natureza, a própria sociedade de forma estática, foi uma disciplina que passou por uma imagem de conhecimento neutro, supérfluo, já que se fez como forma de reforçar imagens fixas da realidade, onde no máximo há o jogo de contrários, como o desenvolvimento, e, o em desenvolvimento, o rural e o urbano, centro e periferia, quando estamos todos imersos em realidades que se distinguem quando fogem ao *mass media*. Não que estas abordagens não tenham sua importância, porém elas limitam a percepção espacial e inserem a lógica pura e simples do território como único conceito importante da consolidação e construção de ascensão, logo, é a lógica da guerra que impera, do território que exclui o outro.

A sutileza foi a de ter passado um saber estratégico militar e político como se fosse um discurso pedagógico ou científico perfeitamente inofensivo. Nós veremos que as consequências dessa mistificação são graves. É o porquê de ser particularmente importante afirmar que a geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, isto é, desmascarar uma de suas funções estratégicas essenciais e desmontar os subterfúgios que a fazem passar por simplória e inútil. (Lacoste, 2012 [1985], p. 25)

Nesse sentido, **como compreender uma Geografia comprometida com uma realidade que não é fixa, e está em constante processo de reelaboração?** Primeiro, proponho discutir a importância dessa perspectiva de uma Geografia aliada a uma leitura do mundo a partir da guerra e seus impactos em nossa concepção e ajuizamento da Natureza e da Sociedade. Para isso, início com a leitura de Carl von Clausewitz, um antigo militar do século XIX, que redigiu o livro “Da guerra”, que trata logo no primeiro capítulo da conceptualização da ideia e prática do que é a guerra, enquanto saber estratégico. O autor define que “A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade” (1984 [1832], p. 75).

¹⁶ Aqui, estamos nos referindo àquela geografia a serviço do Estado, de cunho quantitativista e voltada para o “planejamento”. Tal qual, uma ciência que, desta forma, também se reproduz dentro das escolas como uma disciplina que se preocupa mais com a memorização do que com a crítica social.

Nesta obra, Clausewitz além de definir o objetivo da guerra, apresenta um panorama de instruções de como deve ser a guerra, assumindo um jogo de forças que devem ser distribuídas para enfraquecer o adversário, a bondade quando mencionada é entendida como uma brecha para o avanço do oponente:

A guerra é uma atividade tão perigosa que os erros advindos da bondade são os piores. O uso máximo da força não é de maneira alguma compatível com o emprego simultâneo da inteligência. Se um dos lados utiliza a força sem remorso, sem deter-se devido ao derramamento de sangue que ela acarreta, enquanto que o outro abstém-se de utilizá-la, o primeiro estará em vantagem. (Clausewitz, 1984 [1832], p. 76)

Há, nesse pequeno trecho, uma compreensão da guerra de um constante estado de alerta, de uma economia de forças para seu devido momento, nunca por bondade, mas pela concepção de inteligência para que se atinja o objetivo final, mesmo que a custo do derramamento de sangue, inclusive não é este um impedimento. Freud¹⁷ (2005 [1932], p. 31), em um contexto de cartas trocadas com Einstein, a fim de discutir o problema da guerra, diz que os fatos inicialmente eram “a dominação por parte de qualquer um que tivesse poder maior - a dominação pela violência bruta ou pela violência apoiada no intelecto”.

Em Clausewitz, há uma substituição da força física e a implementação de outros meios que exigem o intelecto como guia, da mesma forma a intencionalidade permanece a mesma, e com uma abrangência de destruição maior.

A invenção da pólvora e o constante aperfeiçoamento das armas de fogo são por si sós suficientes para mostrar que o progresso da civilização nada fez de prático para alterar ou para desviar o impulso de destruir o inimigo, é essencial à própria ideia de guerra. (Clausewitz, 1984 [1832], p. 77)

O aperfeiçoamento da letalidade, aliado a um discurso de civilização, de progresso, que precisa da subserviência do inimigo, de sua rendição, que remete diretamente à dependência do limite aliado ao contato, do limite entre esse e aquele, em contato e conflito. É a ideia do território que ganha força, o território que produz o distanciamento, a repulsa do outro, que pode ser compreendida como uma repulsa a si mesmo, no momento em que o

¹⁷ Freud (1932) no contexto entre guerras, pós Primeira Guerra Mundial, estabelece um diálogo com Einstein acerca do problema da guerra. Em uma discussão entre psicanalista e físico, estes intelectuais se colocam a pensar qual seria a resolutive. Freud sobre as pulsões de vida e morte enquanto uma doutrina mitológica, analisa que “Se a disposição para a guerra é uma decorrência da pulsão de destruição, então é natural evocar contra ela o oponente dessa pulsão, Eros. Tudo o que produz ligações afetivas entre as pessoas, pode ter efeito contrário à guerra.”

próprio semelhante é digno de destruição e de não pertencer a esta terra. Logo, o território enquanto uma definição de homogeneidade é sinônimo da perpetuação, de um lado, da guerra, ou de outro, da aparência de paz, guarda a coerção e o sentido nacionalista como prerrogativa para dizer quem pertence e quem não.

Freud (2005 [1932], p. 31) aponta a transformação de regimes de guerra, mas, que ainda mantinham “(...) um caminho que se estendia da violência ao direito ou à lei”. Este ponto se torna importante quando pensamos a própria definição de direito e sua interface com a Geografia na quantificação dos territórios, tanto em relação a sua capacidade em recurso humano como natural. Ugeda (2019, p.2) diz que “O Direito analisa a normatização do legislador e a Geografia estuda os mapeamentos dos cartógrafos e os dados dos estatísticos.” A Geografia, neste sentido, tem sua construção histórica, e ainda muito presente, uma instrumentalização técnica para sistematizar e analisar dados espaciais, a relação de poder é estabelecida quando a sistematização da espacialidade e da disponibilidade de recursos se dá a partir de um outro que detém as ferramentas para a análise.

Há a permanência do sentimento hostil, que se estende a esferas do direito e das leis, formuladas a partir de determinado grupo, como por exemplo: a escravidão, enquanto legalidade, validou a violência; a obrigação do uso de véu das mulheres iranianas e a consequente supressão de direitos básicos de existência e partilha social através do fundamentalismo religioso como forma de governança; os imigrantes que são forçados a deixar seus lugares de vida seja pela guerra, pela exploração, em busca de melhores condições para além da fronteira num sistema-mundo, que se regula desigualmente; o não reconhecimento de territórios e direitos indígenas; a desigualdade de infraestrutura e condições de vida nas cidades, todas essas situações são exemplos de violações que ocorreram e ocorrem, sob certa legalidade ou com algum respaldo dos poderes vigentes.

Este debate no tempo presente, com a sociedade (des)organizada sob as imposições do modo de produção capitalista, em um mundo que funciona a partir da industrialização, a submissão de uns em favor de outros (seja entre Estados como na própria internalidade dos territórios), a hierarquia gritante dos poderes, as assimetrias que se manifestam espacialmente em territórios como os Estados nação, bem como em territorialidades de diferentes modos de sobrevivência¹⁸ frente a um poder que se faz pelo valor de troca e não de uso. Assim, as assimetrias se constituem pela dinâmica do mercado e, conseqüentemente,

¹⁸ Em comparação com a vida urbana industrial.

na reprodução e distribuição de condições básicas de existência. Se compreendemos que os supostos avanços que tivemos, enquanto civilização, correspondem, ou ao menos deveriam corresponder, a bens coletivos, então, não seria o momento de realmente vivermos num mundo onde a importância que se dá às armas, ao uso de violência e às táticas de criação de desigualdades sociais fosse substituído por um mundo no qual a civilização estivesse pautada nos processos de humanização da própria humanidade?

Na lógica da guerra, tal qual Clausewitz (1984 [1832], p. 77-78) nos explica, “(...) se você pretende forçar o inimigo travando uma guerra com ele, deve torná-lo literalmente indefeso, ou pelo menos colocá-lo numa situação que faça com que este perigo seja provável”. Para Clausewitz a guerra era um fenômeno político, ou seja, que tinha no propósito e na consequência disputas políticas.

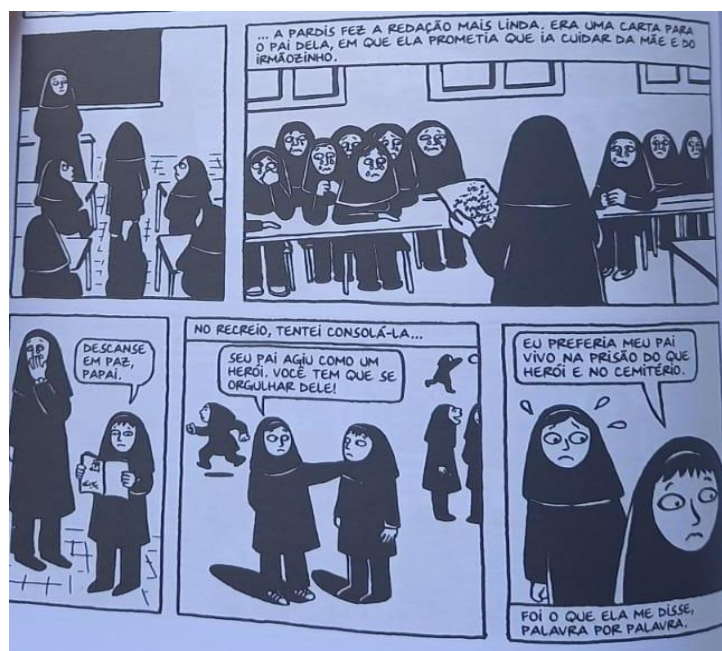
O soldado, para realizar seu ofício sangrento, necessita de uma perturbação. “Impor a nossa vontade ao inimigo constitui o seu propósito”. A promessa de recompensas posteriores à batalha, ou a ideia de se tornar um mártir, servir a pátria. Para isso, Clausewitz (p. 75) complementa: “(...) devemos fazer com que o inimigo fique impotente e este é, em tese, o verdadeiro intuito da guerra. Este intuito toma o lugar do propósito, descartando-o como algo que na realidade não é parte da guerra propriamente dita” (p. 75).

A guerra não é, entretanto, a ação de uma força viva contra uma massa inerte (a ausência total de resistência não seria de modo algum uma guerra), mas sempre o choque de duas forças vivas. O propósito final de travar uma guerra, como formulado aqui, deve ser visto como sendo válido para os dois lados. (...) Enquanto eu não tiver derrotado o meu oponente, estarei fadado a temer que ele possa me derrotar. Assim, não estou no controle da situação. (Clausewitz, 1984 [1832], p.78)

Mesmo que nossa única certeza em vida seja a da morte, há uma ideia na guerra, mesmo com a factual morte, de controle da situação¹⁹. A mais simples constatação de não se ter o controle é tida como um suposto controle, pois há a insistência na guerra. Mas, se há insistência na guerra, há insistência na dominação, assim, se torna um ciclo vicioso de violências constantes e momentos de eclosão da guerra como estopim da dominação. Assim, é certo que enquanto haja uma ética seletiva ou a própria validação da violência em certos

¹⁹ Neste ponto, rememoramos o livro “O futuro de uma ilusão”, de Freud (1927). Naquela obra, o psicanalista vai desenvolver reflexões sobre os processos de criação de ilusões, como mitos, divindades e as próprias religiões, pela incapacidade humana de lidar com o próprio desamparo existencial. Isso também nos faz pensar que a guerra pode ser algo como uma estratégia de controle com vistas a garantir a sobrevivência. Em certa medida, uma recriação de uma ilusão de controle. Perigosamente, uma ilusão que, na realidade, mata muitas pessoas.

casos, haverá a permanência da anulação de um dos lados. A seguir apresento um fragmento do livro *Persépolis*, da iraniana Marjane Satrapi, afim de ilustrar essa discussão.



Fotografia 10: O presente quadrinho, que é uma autobiografia da artista e sobrevivente da guerra no Irã, após a revolução islâmica, em 1979, Marjane Satrapi, é ilustrativo ao contar de uma situação vivenciada em sua infância na escola, onde a professora sugeriu o tema da guerra para uma redação. Enquanto Marjane dissertou sobre a repetição da mesma guerra há 1400 anos antes, sua colega de turma lamentava o assassinato de seu pai, tido como um mártir. Marjane, com o intuito de consolar sua colega, e tendo a guerra como um trauma não elaborado, tentava conceber algum sentido a partir das conversas francas e politizadas que tinha com seus pais, ao ouvir de sua colega que preferia ter seu pai vivo, e não tido como “herói e no cemitério”. A finalidade da guerra no plano da vida cotidiana ganha uma dimensão aterrorizante e de desamparo. (Fonte: Marjane Satrapi, 2007)

Clausewitz (1984 [1832]) afirma que o impulso de luta de homens uns contra outros está para duas motivações, sentimentos e intenções hostis, salientando a segunda. Aqui, questiono se as duas não estariam uma pela outra, e acrescento, o desamparo humano, junto a uma auto compreensão que temos da nossa própria existência, que, como sentimentos primários são propulsores de intenções, sejam elas hostis ou afáveis. Kant sugeria quando escreveu “A paz perpétua” que:

(...) a cultura crescente e a gradativa aproximação dos seres humanos a uma maior concordância nos princípios conduza ao consentimento em uma paz que é gerada e garantida não como aquele despotismo (no cemitério da liberdade), pelo enfraquecimento de todas as forças, mas por meio do equilíbrio de tais forças na mais vivida competição entre elas. (Kant, 2021 [1795], p. 60-61)

Se a fronteira é um símbolo e materialidade de conjunturas políticas passadas, mundo real e abstrato, a ideia de continuidade passa também pelo real e pela percepção desse real, de dinâmicas porosas ou duras que remontam outros cenários que contam sobre o passado e presente, como de alguma forma se prepara em “tempos de paz” para a guerra. Nesse sentido, Lacoste já sinalizava que:

Hoje, o conjunto da população vive, cada vez mais, uma espacialidade diferencial, o que implica que, cedo ou tarde, necessariamente, ela esteja em condições de se comportar de outra forma, além daquela de sonâmbulos teleguiados ou canalizados”. (Lacoste, 2012 [1985], p. 52)

Essa espacialidade diferencial é tratada por Doreen Massey (2008), a autora nos traz a problemática relacionada ao mapa enquanto instrumentalização de dominação de uma ferramenta que tem seu papel enquanto representação, porém, não dá conta de desvendar o espaço, e nesse aspecto simplifica a própria realidade. É um meio de apreender a realidade, de organizar a compreensão de um todo incompreensível.

E se, ao contrário, ele nos apresentar uma heterogeneidade de práticas e processos. Então ele não será um todo já-interconectado, mas um produto contínuo de interconexões e não conexões. Assim, ele será sempre inacabado e aberto. Esta arena do espaço não é um terreno firme para ficar. Não é, de forma alguma, uma superfície. (Massey, 2008, p. 160)

Na atualidade, concebemos um mundo passível de ser conhecido através da interconexão virtual²⁰, se há também uma guerra de narrativas que compõe um novo imaginário geográfico dos problemas sociais e por consequência socionaturais. A compreensão cartográfica se torna superada e se cria um novo desafio o de compreender estruturas históricas, sociais e ambientais dos conflitos presentes. Lacoste (1969, p. 201) dirá que “(...) não é porque as cartas se tornaram um objeto relativamente banal, ao menos em certos países (menos numerosos que se possa crer), que as funções dos geógrafos deveriam ser menos úteis que outrora.” Esta articulação entre o conhecimento técnico na espacialização dos fenômenos e a realidade em si, ganha contornos narrativos a depender

²⁰ Vesentini (2016, p. 93 – 94) explica que o papel de métodos voltados a informática e telecomunicações, que inaugura a partir da guerra do Golfo esse novo cenário de guerras do século XXI, e de que forma essas tecnologias recriam a guerra desde a esfera do Estado até a sociedade, diz que “Portanto, a nova estratégia militar “inteligente” não somente leva a um número menor de soldados, só que mais qualificados, como também amplia a importância dos sistemas de informações. (...) Essa crescente importância política e até estratégica das comunicações em geral pode conduzir a um conflito entre o Estado – em particular os seus “falcões”, isto é, o pessoal ligado à segurança e ao complexo militar – e o mercado e a sociedade civil.”

de quem narra o fato. A problemática está em como compreender as diferentes lógicas de supressão e de garantia de direitos essenciais a todo ser humano, quando a própria lógica em que estamos inseridos nos distancia de nossas próprias paisagens, a paisagem que vemos nesse sentido parte de nossa construção social e individual de desejo, não só de condições básicas, mas de subjetividades de como nos compreendemos no mundo. Pelletur (1987, p. 92) sinaliza que “(...) a mudança nas condições econômicas desestrutura pouco a pouco os antigos sentidos de territorialidade.”, assim se torna a paisagem fruto de um entendimento do mundo baseado na mediação sujeito/sociedade – necessidade/desejo – mercadoria, a estrutura econômica muda profundamente como concebemos e sentimos a realidade e nosso senso paisagístico.

É o olhar daquele/a que está inserido no mundo, que mesmo não possuindo um repertório completo de como cada lugar do mundo é, mas que temos em nossa própria carne a semelhança na natureza humana, seja sobre os aspectos mais básicos como a necessidade de alimentação e proteção, como de nossa percepção sensorial do mundo no sofrimento e na alegria, todos estes circunscritos na dependência²¹ do outro.

A questão central aqui se torna a perpetuação de um mundo moderno colonial que se baseia na manutenção das diferenças entre superiores e inferiores, reproduzindo a dominação em um sistema que permanece sobre uma estrutura de dominador e dominado, colono e colonizado, patrão e empregado, vencedores e vencidos.

Qual a função da Geografia nesse sentido? O que nós podemos fazer em relação as estruturas colocadas?

²¹ Esta dependência, sob a ótica da natureza humana, pode ser pensada a partir de nossa fragilidade enquanto recém nascidos, que dependem de um cuidador para sua sobrevivência no mundo, o que seria a mais básica definição. Porém o que visualiza-se na atualidade é uma dependência na negação da dependência. Ou seja, quando o outro é descartável e compreendido como cidadão de segunda classe, pela estrutura de marginalização de boa parte da população, a partir do patriarcado, da colonização, do imperialismo, do racismo.

1.2 Uma categoria espacial/existencial que pode nos chamar para a paz

Passos (2013, p. 84) diz que as paisagens “(...) são às vezes produtos da natureza e da sociedade. Elas foram, são e continuarão a ser enquanto a terra seja habitada, enquanto os olhares se colocarem sobre o mundo”. Se a paisagem é esta abertura para o mundo, e só o é, pois é pelo olhar que é percebida, ou seja, pela capacidade do ser humano de observá-la e criar ajuizamento sobre o espaço em que vive, é nela que podemos ter uma possibilidade de uma educação política que parte do próprio corpo, limitado, na observação e compreensão de parte da totalidade do mundo.

Esta limitação, que por um lado é intrínseca a nossa condição humana, por outro lado, se amplia em na capacidade instrumental de organizar o pensamento, refletir sobre nossa própria condição, como também na reorganização de territórios apoiados no avanço do meio-técnico-científico-informacional, negando a importância da dimensão paisagística como constituinte do ser no mundo.

A paisagem, diferente do território que cria o sentimento de repulsão e a necessidade de uma extensão de si no mundo, confere o sentido de continuidade de existência da nossa própria espécie, como experiência e conhecimento diferentes e que estão aliados a outras paisagens e concepções, olhares, sobre o mundo. Na obra “Vidal, Vidais” há uma passagem que nos auxilia a compreender, de um lado a continuidade e permanência das dinâmicas naturais que se autorregulam, e de outro, o homem europeu moderno como um agente ativo nas transformações dessas dinâmicas percepções:

Os ventos, as correntes, os rios e os animais têm seu papel na dispersão de espécies. Mas de todos os agentes que dessa forma criam o intercâmbio sempre provisório do mundo animado, nenhum, naturalmente, é comparável ao homem. O europeu moderno, sobretudo, é o artesão infatigável de uma obra que tende a uniformizar, senão o planeta, pelo menos cada uma das zonas do planeta. Os movimentos que o deslocam também movimentam e transportam com ele as plantas e os animais que constituem sua clientela. (Haesbaert & Pereira, p. 409, 2012)

Assim, se partimos do pressuposto da dimensão paisagística da fronteira em seu conjunto de dinâmicas naturais, tais como clima, hidrografia, biota, vegetação, na composição de cenários conjuntos, que se diversificam justamente por suas inter-relações, bem como o conjunto de dinâmicas sociais, políticas, étnicas, culturais e no

compartilhamento e disputa de recursos, há na verdade o encontro no plano de existências comuns, e não necessariamente, ou sempre, explicitamente, o Estado enquanto legislador.

Esse posicionamento retoma o entendimento do espaço antes da consolidação de fronteiras, que se por um lado se tornou uma forma de melhor gestão dos territórios tanto internamente como nas relações exteriores, não anula o pressuposto do contato, assim como a paisagem como dimensão constituinte deste encontro. Assim, é preciso retomar sentidos como o conteúdo dos lugares para além das fronteiras, como a identificação nas delimitações de Estados Nação, pressupõe o acesso e interesse a recursos, a pontos estratégicos, onde escolhas como essa não são aleatórias mas revelam interesses primeiros.

Sua manifestação se dá claramente por forças coercitivas que metabolizaram um aprendizado voltado à defesa, à diferenciação do outro como afirmação de uma única forma de organização e a falsa noção da impossibilidade de coexistência, a fronteira assim é uma simbologia das próprias relações entre dominador e dominado, seja no plano econômico e cultural. O estabelecimento de Estados Nação, marcou a prática o apagamento cultural, simbólico e material de povos que tinham sua própria organização, e nos leva a pensar que é a única forma possível de se alcançar relações estáveis e harmoniosas.

Fannon (2022 [1961], p.54) diz que no contexto da Frente de Libertação Nacional (FLN) diante dos colonos da Argélia, onde um panfleto foi feito dizendo que “o colonialismo não cede se não com uma faca na garganta, nenhum argelino achou esses termos violentos” se tratava de um sentimento comum a dominação colonial em que “(...) o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado puro, e só se curvará diante de uma violência maior.” A retórica de Fannon enfatiza que a violência se torna a única possibilidade de romper com a dominação. E temos novamente o problema de um ciclo vicioso de violência insaciável, porém Fannon explicita e nos ajuda a compreender de forma clara o sentimento daquele que é violentado, Arendt (1969) explica que esse excesso retórico tem a seguinte função:

(...) “a fome com dignidade é preferível ao pão comido na escravidão”. Nenhuma história ou teoria é necessária para refutar esta afirmação; o mais superficial observador dos processos que se desenvolvem no corpo humano conhece a sua inverdade. Mas, se ele tivesse dito que o pão comido com dignidade é preferível ao bolo comido na escravidão, o aspecto retórico teria sido perdido. (Arendt, 1969, p. 23 – 24)

Seria o território a única dimensão espacial de salvaguardar epistemologias próprias de organização da vida?

Nomear cada coisa, cada lugar, é um modo de nos apropriarmos do espaço, de nos territorializarmos. Assim, é que o território que habitamos nos parece algo natural. Entretanto, todo território é uma criação e, em especial no caso de nossa espécie, uma criação histórica que, como tal, traz dentro de si os processos e sujeitos que protagonizaram sua instituição. (Haesbaert & Porto-Gonçalves, 2006, p.14)

A paisagem nos insere no mundo e, a partir da Geografia, provoca-nos a pensar sobre o porquê das coisas e de nós mesmos. Seu potencial na discussão de uma outra racionalidade, se dá pela possibilidade de conceber ou encontrar outras racionalidades, que diferente do território não excluam, mas incluam, baseadas em uma ética comum para a vida. É por sermos seres sociais e vivermos organizados em sociedade que, por vezes, é complexa para o entendimento de nossa própria realidade, que poderíamos partir do princípio da finitude e da solidariedade, e não só de instintos animais de fuga e defesa. Ernest Becker (2021) faz uma importante análise aos nos diferenciar dos animais e do que significa este sentido experiencial do mundo, sobre nossa espécie ele escreve:

Pode relacionar-se não apenas com os animais de sua espécie, mas, de certa maneira, com todas as outras espécies. Ele pode contemplar não apenas o que é comestível para ele, mas tudo aquilo que floresce. Vive não apenas o momento presente, mas estende seu eu interior ao amanhã, a sua curiosidade a séculos passados, seus temores a daqui cinco bilhões de anos. Pergunta-se quando o sol irá esfriar e quais são suas esperanças em relação a uma eternidade no futuro. Vive não apenas em um minúsculo território, tampouco em um planeta inteiro, mas numa galáxia, num universo, e em dimensões além de universos visíveis. É estarrecedor o fardo que o homem suporta, o fardo *experiencial*. (Becker, 2021, p. 75)

Isso significa que temos uma questão fundamental que perpassa nossa psique que caminha em dualidade entre os seres biológicos e animais que somos, e nossa compreensão de existir neste mundo sem uma clara razão. Quando nos deparamos com o outro, em uma nova paisagem, refletimos sobre a diferença, e não necessariamente só pela fronteira enquanto rompimento de uma organização em relação à outra, aqui ficará mais evidente as políticas de Estado na forma de organização e controle, porém, os modos de vida podem se assemelhar.

A fronteira se torna didática na incoerência da divisão territorial que controla direitos primitivos de ir e vir da população, limitando as convergências e acentuando as diferenças,

que ficam na atualidade mais evidentes a partir de uma organização, em escala planetária, marcada pelas relações econômicas, que produzem desejos e legitimam poderes bélicos.

Um exemplo claro constituído a partir de um mundo que se organiza na relação entre Estados-Nação mediadas pela (não) circulação de capital, mercadorias e pessoas, é a necessidade de portar um documento oficial que qualifique a própria existência e seu pertencimento a uma nacionalidade legitimada exteriormente, sem contar como a construção de desconfiança do outro é construída na herança da diferenciação racial e étnica. Nesse sentido, não só há preconceções do outro em um sentido descriminalizador, como também em como as imagens paisagísticas sobre o lugar do outro são constituídas, imbricadas em uma ideia hierárquica e civilizatória. Passos discorre sobre a materialidade da paisagem e suas representações:

Para influenciar sua evolução – se isto é desejado -, é necessário saber como as paisagens materiais produzidas geram imagens, e ao contrário, como estas imagens – estas representações sociais e culturais do espaço habitado – são responsáveis pela reprodução ou alteração das paisagens concretas. Assim descrito, a paisagem é primeiramente analisada como um processo social e espacial, isto é, geográfico. (Passos, 2013, p. 81)

Quais são então as imagens produzidas quando pensamos os espaços de fronteira e suas paisagens? Se a paisagem é analisada a partir de processos sociais e espaciais, temos na fronteira marcas que irão demonstrar ora mais porosas, ora menos, as intersecções de um espaço não estático, mas de movimento. Nesse sentido, estudar a paisagem é também perceber a abertura e diálogo com outras áreas do conhecimento que alimentam sua interpretação sob diferentes perspectivas e fazem, no decorrer do tempo e espaço, tomarem novas interpretações e escalas de análise:

Assim, a definição das palavras igualmente muda no espaço e no tempo. A palavra e a definição de paisagem foram adotadas não somente pelos artistas, ela se inscreve ao longo do tempo – e cada vez mais – nos diferentes domínios da ciência, como a biologia, a ecologia, a geografia, a arquitetura e mesmo a sociologia. E mais, com uma visão holística do mundo que se perpetua nas necessidades atuais da humanidade e, por consequência, numa tendência (como se espera!) no modo de se colar as questões, as distintas visões nos diferentes domínios têm propensão a se mesclar e a dividir as ideias. Porque ela está em movimento. (Passos, 2013, p. 90)

Com isto, percebemos o seguinte:

a) A paisagem pode ser uma entrada conceitual e material para compreender e superar a geografia das fronteiras;

b) Por sua vez, a fronteira pode ser compreendida a partir de seus aspectos de contato e continuidades. Ela pode suscitar a diversidade, sim. Conflitos, também. Mas, gostaríamos que as fronteiras fossem espaços, ou melhor, **paisagens** de relações pacíficas, e não conflituosas, ao redor do mundo.

Enquanto a fronteira delimita um recorte de espaço-tempo nas histórias e nas geografias da humanidade, a paisagem se coloca gratuitamente ao observador, seja para contemplação de habitar este mundo, bem como para criar ajuizamentos estéticos/éticos. Desta forma, temos que a paisagem antecede e ultrapassa a fronteira. Ela pode ser um elemento de reflexão crítica sobre os conflitos existentes em territórios de negação dos outros. A paisagem, defende-se, pode ser uma categoria da existência humana que nos traga uma reflexão sobre a paz.

No plano da geopolítica, na organização dos territórios, na ideia de um controle supremo, que nega a paisagem como dimensão da existência humana e concepção da Natureza, esta sim como ente supremo, temos aqui uma problemática de como conceber a realidade a partir de dimensões paisagísticas que tem toda existência humana como bem fundamental, e que nela estão circunscritas a possibilidade de uma educação essencialmente humana em sua pulsão criativa, de vida.

Virginia Woolf, em resposta a dois autores contemporâneos seus, que julgavam mulheres como tendo capacidade intelectual inferior aos homens, discorre, ao final da carta, uma importante reflexão, que cabe ao debate da anulação do outro, como racionalidade da guerra:

(...) que todas as atividades mentais sejam incentivadas para que sempre exista um núcleo de mulheres que pensem, inventem, imaginem e criem com a mesma liberdade dos homens e, como eles, não precisem recear ao ridículo e a condescendência. (...) Não tenho dúvidas de que, caso tais opiniões prevaleçam no futuro, continuaremos num estado de barbárie semicivilizada. Pelo menos é assim que defino a perpetuação do domínio de um lado e, de outro, da servilidade. Pois a degradação de ser escravo só se equipara à degradação de ser senhor. (Woolf, 2021 [1920], p. 51)

Esta defesa da paisagem enquanto dimensão da existência, tem em minha própria trajetória como mulher, filha e neta de mulheres que tiveram uma vida dedicada aos filhos marido e à casa, tendo acesso a paisagens de forma restrita, o que cerceou suas possibilidades de escolha, mesmo com uma criação onde as distinções de comportamentos entre mim e meu irmão eram esperadas, pude percorrer e escolher o que desejava para mim, profissionalmente e como ser humano integral que deseja. Ingressar na universidade, sair de

minha cidade natal e vir para uma cidade interiorana e olhar para dentro do continente e mais especificamente, para fronteira, foi encontrar uma nova paisagem.

Neste processo, entre trabalhos em que via meu tempo escorrer sem ter apreço pelo que fazia, em atividades repetitivas, e a frustração de não ter conseguido ingressar na universidade no “tempo esperado”, também aprendi muito a partir das pessoas de diferentes idades e experiências que reforçavam o quanto a vida poderia ser diversa, nas alegrias e tristezas, de alguma forma essas relações me instigavam a querer mais e construir a minha narrativa, a minha história e minha liberdade. Assim, embora a fronteira do passado quisesse me limitar na guerra cotidiana pela sobrevivência e uma suposta “adequação cultural” àquilo que se espera de uma mulher, eu me instigava a criar maneiras de imaginar paisagens outras. Por isso estou aqui.

Capítulo 2 - Racionalidade: fundamentos e conexões com a geografia.

O presente capítulo tem como objetivo provocar questões sobre a guerra como condição sempre presente na organização da sociedade e na relação desta com a natureza. Apresentarei essas discussões na seguinte ordem, a fim de que elas se complementem: Natureza; Sociedade; Guerra. Primeiro, proponho um debate sobre a categoria de Natureza, a partir de percepções historicamente atribuídas a esta até o presente momento, aqui compreendendo-a em sua dimensão cósmica e enquanto fonte de recursos mais elementares para a sobrevivência do ser humano e da sociedade.

Depois, abordo a sociedade considerando a discussão sobre a “civilização” capitalista que compõe o cenário atual do mundo, dado o grau de abrangência e conectividade com o advento da globalização, salientando o papel da cidade, na centralidade da organização de espaços que extrapolam seus limites e organiza e desorganiza a vida em sociedade, que constrói narrativas de si e da natureza. Cria-se assim, subterfúgios para o favorecimento de algumas pessoas ou grupos sociais (os mais economicamente ricos) em detrimento de outros. Nestas situações, as relações de poder ganham destaque enquanto motivadores de uma permanência da supressão de direitos, e da luta constante por direitos, da mediação das relações através do Estado e de legislações ou da ausência dessas.

Essas duas chaves conceituais nos levam a pensar a guerra para além do momento da “batalha”, mas como o ápice de relações que se constroem baseadas na competitividade e na violência. Também, fazem refletir sobre a lógica permanente do estado de alerta e de uma vida que não é compreendida em sua dimensão contemplativa, ou seja, paisagística, que poderia ser o fortalecimento de laços solidários para um bem viver comum a todos. Nesse sentido, a negação da morte e o terror a ela, enquanto um problema essencialmente humano, pode tornar-se explicativo. A seguir, apresento uma síntese do que proponho:



Essa síntese tem como objetivo demonstrar como parece ser a organização atual desta crescente sociedade urbana que se constitui a partir da defesa da natureza na construção de estruturas que nos fazem pensar que há uma dominação diante do desamparo desta. A cidade urbanizada com estruturas complexas de funcionamento, integração, e centralidade na organização territorial que extrapolam fronteiras, suas formas verticalizadas que nos fazem a todo momento negar a pertença a uma Natureza superior e suas dinâmicas.

Se a disputa por sobrevivência foi marcada pelo desenvolvimento de formas que nos permitissem não estar a todo momento em busca de alimento e gastando energia. O que temos na atualidade é uma sociedade que desampara a si mesma. É neste momento que toda sorte de justificativas se apresentam para validar estruturas que pressupõe o jogo desigual de poder, a ausência da possibilidade de se criar outros mundos, conflitos históricos que permanecem geração pós geração, e são utilizados para permanência reinterpretados pelos atores do presente.

Por último temos a guerra como eclosão da insustentabilidade do entendimento, do acirramento de disputas, da impossibilidade de conceber a própria morte quando se valida a morte do outro, de relações entre tomar partido de um ou outro lado, da guerra como único caminho possível de equalizar as relações e retomar a “paz”. Se volta ao sentimento de desamparo causado em nossos instintos primitivos diante da Natureza mas agora diante do poder de destruição da nossa própria natureza humana.

2.1 A Natureza

*Vamos chamar o vento/Vamos chamar o vento
Vento que dá na vela/Vento que leva o barco
Barco que leva a gente/Gente que leva o peixe
Peixe que dá dinheiro, Curimã*

CAYMMI, Dorival. O vento. 1949.

A noção humana do que é a Natureza passou por diversos contextos e interpretações no decorrer da história, inclusive relacionada aos lugares e seus povos. Em um primeiro momento ela era o meio fundamental e direto para a sobrevivência, na necessidade de alimento e amparo diante de fenômenos e dinâmicas naturais, deixando o ser humano em completa vulnerabilidade diante de sua força²², assim, a ideia do humano se mesclava a uma compreensão de semelhança à natureza, de um ajuizamento *a partir dela e sobre ela*.

É nesse processo que, em Timeu, de Platão, por exemplo, percebe-se no diálogo a necessidade de a partir da observação da natureza, científicá-la, humanizá-la e assim transformá-la, compor uma ordem cósmica, composta de ciclos que se refazem e repetem: re-curso. O tempo entre vida e morte se dava de forma mais rápida, diante do desgaste físico e da contínua exposição à natureza na luta pela sobrevivência. Situação essa que se diferencia na atualidade, onde as formas de produção e reprodução da vida ganham escalas de atividade com valor comercial²³, é o exemplo do que Jan Douwe Van Der Ploeg chama de Impérios Alimentares:

En rigor, los imperios alimentarios actuales no necesitan detentar tal propiedad (ni siquiera necesitan la propiedad de los medios de producción centrales). Ordenan y controlan las partes del mundo social y natural que están asociadas con la agricultura y con la alimentación (y cada vez más con campos nuevos como la bioenergía) a través de su control sobre los vínculos (es decir, sobre las redes) que permiten los numerosos movimientos de nutrientes, materias primas, ingredientes alimentarios, instalaciones de refrigeración, información de mercado, etc..(Van Der Ploeg, 2019, p. 168)

²² Milton Santos, quando debateu a Natureza do Espaço (1999), trouxe uma reflexão importante sobre o passado da humanidade, quando, primeiro, antes do meio técnico, os eventos da sociedade ocorriam nos interstícios dos eventos da natureza, sendo que, atualmente, no meio técnico-científico-informacional, são os eventos naturais que ocorrem nos interstícios dos eventos sociais. Embora o pensamento Miltoniano permita discutir os impactos desta virada de ordem na vida social e nas relações com a natureza, perguntamos se isso realmente seria uma virada de ordem (?).

²³ Ao mesmo tempo que essa transformação mantém padrões de desigualdade deterministas, como é o caso da falta de distribuição igualitária de recursos, mas que na contemporaneidade são mediados cada vez mais via poder monetário. Deterministas, pois, se em tempos pretéritos a dependência da natureza se dava de tal forma em que as condições naturais dos lugares influenciavam diretamente a disponibilidade de recursos. A ideia de distribuição também merece atenção pois tem uma ideia que implicitamente existe aquele que detém o recurso e possui o poder de realizar a distribuição.

Se na atualidade temos um mercado internacional que regula não só o acesso a bens que são, por essência, fundamentais à condição humana, essa regulação chega até pequenos agricultores, que dependem dessas redes para comercializar sua produção que passam pela regulação e a forma de incentivos que cada Estado medeia essas escalas de produção, que são na atualidade moldadas pela ideia do capital especulativo diretamente relacionado ao neoliberalismo e a bolsa de valores.

Um exemplo importante foi a Revolução Verde que tinha como causa o problema da fome, esta política surge a partir da ONU e dos Estados Unidos da América como uma solução para acelerar a produção de alimentos em escala mundial, ao menos em tese, os problemas consequentes deste período no Brasil se intensificam em diferentes ordens pelo território brasileiro e são uma problemática atual com escalas de conflitos entre a população e que se intensificam na representação política na esfera administrativa do país.

O primeiro ponto é que, tal qual as fronteiras artificiais delimitadas ao redor do globo, não foram delimitadas a partir de uma autodeterminação da população local, constituídas por suas culturas e formas de organização, pelo contrário, foram resultado do genocídio e a dominação, a política de incentivo global à produção de alimentos seguiu esta mesma lógica. Em segundo lugar, é a aplicação de uma ideia de planejamento sobre uma superfície “vazia”, o que retoma a ideia da cartografia como um instrumento de ordem apenas quantitativa, em medições de extensões territoriais.

Em terceiro lugar e em um contexto mais recente das últimas duas décadas no Brasil, este pacote tecnológico de produção agrícola se tornou um produto da bolsa de valores, as commodities, se tornando um investimento não mais a proposição de causa. Porto-Gonçalves sinalizou estas questões em relação a essa situação, analisando a produção de grãos em escala global, relacionando comunidades tradicionais de países periféricos com a perda de biodiversidade a partir da dominação através de tratados e acordos que residem em patentes de grandes empresas sobre a diversidade biológica, escreveu que:

(...) estamos imersos aqui numa contradição de fundo da sociedade moderno-colonial atual e de seu modo de produção de conhecimento, que se deu, e se dá, negando ao outro, ao diferente, até mesmo a ideia de que produz conhecimento – daí falar-se sem-cerimônia, de transferência de conhecimento e não de diálogo entre matrizes de racionalidade distintas. (...) a segurança alimentar perseguida por cada agrupamento humano durante todo processo de hominização, passa a depender de algumas poucas corporações que passam a deter uma posição privilegiada nas novas relações sociais e de poder que se configuram. (Porto-Gonçalves, 2001, p. 5-6)

No passado, conforme aprendemos na escola, há a ideia da percepção e “dominação” dos ciclos da natureza, localizados no berço da civilização, e que a partir do desenvolvimento da agricultura, e dependência de épocas com maior abundância e outras com restrições, foi essencial para a sedentarização do ser humano ligado à proximidade de rios e desenvolvimento das cidades, Krenak observa de forma muito didática e esclarecedora como esse conhecimento é repassado como se fosse necessário localizar este único ponto no globo onde se tinha os rios como recurso necessário a sobrevivência:

Nas salas de aula, as crianças escutam que uma das civilizações mais antigas do mundo nasceu no delta do rio Nilo, no Egito, cujas águas irrigavam suas margens, propiciando condições para agricultura – essa ideia civilizatória. Sempre estivemos perto da água, mas parece que aprendemos muito pouco com a fala dos rios. Esse exercício de escuta do que os cursos d’água comunicam foi produzindo em mim uma espécie de observação crítica das cidades, principalmente as grandes, se espalhando por cima dos rios de maneira tão irreverente a ponto de não termos quase mais nenhum respeito por eles. (Krenak, 2022, p. 2-3)

A ideia de dominação da natureza como uma prática civilizatória implícita na escrita de Krenak ao dizer que não temos mais respeito aos rios, tem na contemporaneidade, vários sentidos, a depender do sujeito que vive e metaboliza essa natureza, das mediações que são estabelecidas como condição de existência, mas, precisamente há o imperativo de que o valor de uso é menos relevante do que o valor que se agrega, assim como da própria ideia de distribuição destes recursos que se tornaram mercadoria. Se antes o acesso a água de dava diretamente pelos rios, na atualidade acessamos pelo mercado, o fundo dessa lógica está justamente na ideia de que a industrialização de nossas vidas é capaz de resolver todos os problemas, então não há porque pensar na Natureza e como os recursos são geridos, privatizados, se estão abundantes ou escassos.

Neste processo de racionalização da Natureza em que estamos inscritos, a fala de Krenak soa aos ouvidos como um retorno a algo primitivo, quando o que ele escancara é um conhecimento de apreensão²⁴ e percepção da Natureza e sua continuidade, e nós como dependentes dessa condição de existir,

²⁴ Whitehead (2009[1994]) diz que “Quando falamos da natureza como um complexo de entidades inter-relacionadas, o “complexo” é fato enquanto entidade do pensamento, a cuja individualidade pura e simples é atribuída propriedade de abarcar, em sua complexidade, as entidades naturais. É nosso propósito analisar essa concepção; no curso da análise, o espaço e o tempo deverão se manifestar. Evidentemente, as relações existentes entre as entidades naturais são por si mesmas entidades naturais, ou seja, são também fatores de fato, ali presentes para a apreensão sensível. Nesse sentido, a estrutura do complexo natural jamais pode ser completada em pensamento, da mesma forma como os fatores de um fato jamais podem ser exauridos na apreensão sensível. A inexauribilidade é um caráter essencial de nosso conhecimento da natureza.” A partir deste excerto, e se compreendemos que a natureza é ilimitada em nossa compreensão, a problemática que

É fascinante pensar que o grande rio que dá nome a Bacia Amazônica nasce de um fiozinho de água lá nas cordilheiras do Andes para formar aquele mundo aquático. Ele carrega muitos outros rios, mas também a água que a própria floresta dá para as nuvens, e que a chuva devolve para a terra, nesse ciclo maravilhoso em que as águas dos rios são as do céu, e as águas do céu são as do rio (Krenak, 2022, p. 3).

Este discurso de dominação da natureza é muito bem localizado, e está diretamente relacionado a condições econômicas em relação à Natureza, estas diferenciações estão colocadas não só entre países do centro e periferia do sistema capitalista, mas se colocam como contradições em escalas de pequenas cidades até as relações geopolíticas em escala global. Ao mesmo tempo que há um apelo ao desejo da mercadoria para além de sua função essencial, a um conforto possível de adquirir somente através da vida urbana, pautada no consumo, onde as pessoas são despossuídas de qualquer acesso básico aquilo que deveria ser ordinário.

Por isso a alimentação e sua relação direta com dimensões paisagísticas que contrapõe uma racionalidade de dominação, é sempre muito didática, pois é fator básico de energia e do permanente conflito entre o desamparo natural e social. Essa contradição se torna disputa narrativa de caráter determinista, seja pela via da disponibilidade natural, seja pela via da meritocracia, onde supostamente todo ser humano dispõe das mesmas condições de acesso a melhores condições de existência, condicionando a um único caminho pautado na ideia de desenvolvimento e distribuição de renda. Esses elementos somados à problemática da produção, distribuição e consumo de alimentos, mesmo com todos os avanços tecnológicos, a fome parece sempre caminhar passos à frente como um problema insolúvel em nossa sociedade, obedecendo a uma lógica mercantil onde a vida humana é secundarizada, vista apenas como mão de obra ou na linguagem atual, empreendedora.

Quando Tuan escreve sobre os esquimós, suas crenças a respeito da natureza, enquanto um ente superior revelado em formas visíveis como a terra, a lua e o mar, tais elementos serviam para narrar sua cultura a partir de uma percepção da natureza e sua grandiosidade, os mitos tinham o papel de explicar a apreensão da natureza, conforme as dinâmicas se apresentavam em determinado lugar do mundo.

Tememos o espírito do tempo atmosférico da Terra, contra o qual devemos lutar para que não se extinga nosso alimento da terra e do mar. Temos medo de Sila. Temos medo da morte e da fome nos iglus. Temos medo de Tákanakapsâluk, a

temos derivada disso é a não aceitação de nosso desamparo, logo nossa negação da morte, assim além do desamparo diante da natureza, replicamos uma forma de organização social que anula ao menos racionalmente o comprazimento diante da natureza.

famosa mulher do fundo do mar, que domina as feras marítimas. Tememos a doença que diariamente encontramos por toda parte; não a morte, mas o sofrimento. Temos medo dos maus espíritos da vida, do ar, do mar e da terra, que podem ajudar os malvados xamãs a prejudicar seus companheiros. (Tuan, 2005, p.81)

São concepções que, mesmo míticas, explicam determinada realidade, dizem da condição humana, produzem sentidos e significados para se ter certo conforto diante do desconhecimento do mundo, suplantam o sentimento de desamparo e, assim, contribuem para a manutenção da vida. Essas concepções mitológicas não nos escapam mesmo na atualidade, elas tomam novas narrativas, por vezes intencionalmente com objetivo de tornar a natureza um ser moralizante, com características ora de fúria, ora de bondade, transferindo desastres que tem em sua causa a ação humana, como nos diz Souza (2022, p. 119), “Se o futuro já existe, nele estamos todos aniquilados”. Já Tavolaro nos faz refletir que nem mesmo os bem intencionados fogem a uma ideia de catástrofe futura a partir de preocupações ecológicas:

(...) essa imagem de um mundo completamente dessacralizado é própria apenas de uma minoria da população das sociedades modernas, Daí que, em uma enorme quantidade de reflexões com preocupações ecológicas, reapareçam aqueles velhos mitos, com forte teor religioso e, até mesmo, apocalíptico, profetizando um provável aniquilamento da espécie humana em decorrência de uma possível catástrofe ambiental do planeta. (Tavolaro, 2001, p. 29)

Latour (2020, p. 353-354) resgata o mito de Gaia para elevar a ideia que remonta à problemática ambiental e política do presente: “(...) ela suscita a questão de saber em nome de qual autoridade suprema concordamos em dar nossa vida – ou, mais frequentemente, em tomar a vida dos outros.” A natureza, tamanha sua magnitude, é reduzida para que possamos criar e ajuizar nossas ações e relações com o outro e, aqui, julgo importante revermos essa redução que nos coloca, alguns, como deuses imortais²⁵ e mesmo, se é necessário que essa redução seja feita. Becker nos provoca a pensar justamente este elo entre deuses e vermes que desloca o ser humano entre duas dimensões:

²⁵ Esta ideia teria diálogo bastante direto com Yves Lacoste, quando ele escreve que “Eu me pergunto, mas de maneira ainda muito vaga, se não seria porque a consideração desses problemas, que não são somente os de guerra, mas que fazem aparecer sempre o papel dos dirigentes de Estado na organização do espaço é que obrigaria os geógrafos a renunciar ao papel de demiurgos que eles se atribuem, mais ou menos conscientemente; quaisquer que sejam suas tendências ideológicas. De tanto examinar cartas em escala pequena, o que equivale a ver a Terra de muito alto, de tanto contar as etapas do levantamento das montanhas, de tanto analisar a beleza das paisagens e de explicar a desigual influência das cidades, estamos próximos de nos sentir mestres daquilo que se explica. (2012 [1985], p. 129) De certa forma, este mesmo reducionismo pode comparecer nas concepções de natureza quando, por exemplo, se pensa que a sociedade já tem o pleno controle sobre suas dinâmicas. Assim, parece haver uma possibilidade de reflexão ética sobre a guerra: enquanto reduzimos a natureza a algo controlável ou já controlado, não controlamos a nós mesmos e damos vazão a toda sorte de (res)sentimentos que nos levam para inúmeras guerras.

(...) está fora da natureza e inapelavelmente nela; ele é dual, está lá nas estrelas e, no entanto, acha-se alojado num corpo cujo coração pulsa e que respira e que antigamente pertenceu a um peixe e ainda traz as marcas das guelras para prová-lo. Seu corpo é um invólucro de carne, que lhe é estranho, sob muitos aspectos - o mais estranho e mais repugnante dos quais é o fato de que ele sente dor, sangra e um dia irá definhando e morrer. O homem está literalmente dividido em dois: tem uma consciência de sua esplêndida e ímpar situação de destaque na natureza, dotado de uma dominadora majestade, e, no entanto, retorna ao interior da terra, uns sete palmos, para cega e mudamente apodrecer e desaparecer para sempre. Estar num dilema desses e conviver com ele é assustador. (Becker, 2021, p.75)

Na Geografia, a compreensão da natureza já passou por diversas interpretações que se tornaram desgastadas no embate entre as epistemologias física e humana. Compreende-se “(...) a unidade do conhecimento geográfico como resultante da interação entre os diferentes elementos e fatores que compõe seu objeto de estudo” (Mendonça, 2002, p. 123). Esse, que parece ser muito mais um problema teórico, de abordagem, da prática científica que tende a isolar objetos para sua análise, do que da própria compreensão da realidade, que está diretamente relacionado ao fazer geográfico, não há natureza sem o aspecto social, bem como não há o aspecto social sem natureza, fato é que, a natureza existe porque existimos e a concebemos como tal. Também não é possível ignorar que só existimos porque a natureza nos antecedeu. Toda ciência é, por essência, humana. Mas, isto não significa que conquistamos o cosmos, a infinidade e a eternidade.

Para elucidar essa discussão, Morin (2002) provoca este modelo de produção científica que oculta dimensões da existência:

Nenhuma ciência quis conhecer a categoria mais objetiva do saber: a do sujeito conhecedor²⁶. Nenhuma ciência natural quis conhecer a sua origem cultural. Nenhuma ciência física quis reconhecer a sua origem humana. A grande brecha entre as ciências da natureza e as ciências do homem oculta, ao mesmo tempo, a realidade física das últimas e a realidade social das primeiras. Deparamo-nos com o poder extremo de um princípio de disjunção: ele condena as ciências humanas à inconsistência extrafísica e ele condena as ciências naturais à inconsistência de sua realidade social. (Morin, 2002, p. 24)

Talvez aqui resida um ponto importante nas discussões em torno do sentido e compreensão da Natureza como recurso, entidade, desamparo e continuidade para além de

²⁶ Não seria a psicanálise a ciência que se dedica ao saber do sujeito conhecer? Que analisa a partir da narrativa questões que atravessam nossa condição humana. Morin apresenta uma abordagem da prática científica que dividida em áreas física e humana, muito questionada dentro da Geografia e levanta essa importante questão que pode ter através dos estudos psicanalíticos uma possibilidade de análise, como em partes esse trabalho se dedica.

nossa existência. Quais os valores éticos e estéticos que regem nossas práticas? Para quem produzimos ciência?

A seguir apresento dois registros que podem auxiliar a compreender este debate entre Natureza e natureza humana:

Deuses: Bombardeio israelense no sul da Faixa de Gaza, 20 de outubro de 2023



Nesse registro de um dos recentes bombardeios Israelenses na faixa de Gaza, podemos observar essa relação descrita no capítulo sobre o desamparo causado entre a própria espécie humana. Que coloca alguns como deuses diante de meros mortais. Aqui há a condenação do outro na afirmação de um poder hierárquico que diferencia a própria espécie.

Vermes: Terremoto na cidade Turca de Kahramanmaras, 09 de fevereiro de 2023.



Já neste registro percebemos o desamparo diante das atividades da Natureza que nos coloca em nosso devido lugar de seres finitos, condicionados a viver perante uma Natureza que não tem racionalidade, apenas o é, e nos afeta diretamente, ou seja, sua magnitude nos condena.

2.3 A Sociedade

“E, finalmente, o que é a respiração: uma combustão ainda mais suave, porém, da mesma forma, uma fixação de oxigênio, uma oxidação. E foi assim que demonstrou que a própria vida se assemelha aos grandes processos da Natureza.”

Prefácio do livro Geografia da fome do Professor Josué de Castro

Pensar na sociedade, e como ela se apresenta na atualidade, é remontar uma série de cenários que nos trouxeram até o presente, alguns deles até nos escapam à capacidade de abstração e recorreremos a ferramentas de análise e pesquisa que nos conte sobre nossos antepassados e como se organizavam, para vislumbrar ao menos os caminhos e modos de sobrevivência que antecederam e resultaram no sistema econômico vigente, que compõe uma ideia de civilização. Edgar Morin compreende que a ideia de sociedade está intimamente relacionada a um tripé de interpretação do todo, tratando da questão sob uma ótica de crítica.

A dissociação dos termos indivíduo/sociedade/espécie rompe com a sua relação permanente e simultânea. O problema fundamental passa a ser estabelecer e interrogar o que desapareceu nesta dissociação: a própria relação entre os termos. Assim, é imprescindível não apenas rearticular indivíduo e sociedade (o que foi algumas vezes colocado em prática, mas às custas da limitação de uma das definições em benefício de outra). Mas também efetuar a articulação, tida como impossível (pior, “ultrapassada”), entre a esfera biológica e a esfera antropossocial. (Morin, 2002, p.22)

Com a estruturação da ciência tal qual conhecemos e a produzimos, passados os tempos mais remotos, onde não dispúnhamos de ferramentas para um olhar mais amplo da realidade e suas tantas conexões e comparativos em diversas escalas, ainda na atualidade temos problemas caros à própria constituição da civilização, ou do que chamamos de humanidade, enquanto participantes de uma mesma espécie.

Entre estes problemas a guerra é emblemática se a observamos com cuidado, e como ela recai sobre os indivíduos e sociedades. O conflito, não enquanto a evolução de ideias, ou uma dialética que propõe a síntese, mas na nulidade do semelhante, do estrangeiro, de uma lógica que se constrói baseada em uma racionalidade do desamparo e desespero, quando observamos os conflitos entre a população civil. Nos processos de partilha de territórios, foi preciso diferenciar o outro de si para que houvesse a dominação, criar a ideia do civilizado e do não civilizado, ou mesmo, da humanização, como se participar de uma mesma espécie não fosse suficiente, é preciso que o outro seja humanizado, já que se parte

da desumanização. Relembro o processo que marcou a Revolução Verde pós Segunda Guerra Mundial em um cenário frágil no contexto europeu, Porto Gonçalves explica que:

A fome se apresentava, então, como um fenômeno europeu. Os europeus sabem o que significou não só ver a guerra no seu dia a dia como, também, o significado da insegurança alimentar que se segue à destruição das redes de comunicação e transportes e ao fato de a maior parte dos homens em idade ativa serem convocados para a guerra. (Porto-Gonçalves, 2004, p. 8)

Na compreensão da própria Geografia, que foi utilizada para catalogar regiões a partir de suas características físicas homogêneas e reservas de recursos para manutenção da vida, percebe-se que houve a superação de limites locais e o quanto ganhamos em extensões a serem percorridas para favorecer a comercialização de bens produzidos em um hemisfério e levados até outro, para suprir demandas de mercado.

A diferença entre os povos ainda persiste tanto culturalmente como também a partir de desigualdades que se constituem no desenvolvimento do sistema capitalista que vivemos. Exemplos são diversos: assimetrias econômicas para com populações que foram racializadas, assim como, diferenças no direito de mulheres em relação aos homens, para comentar apenas algumas afim de exemplificar, parece que a dominação de pessoas sobre pessoas ou grupos sobre grupos não é novidade dessa época que nos envolve, mas retoma tempos em que tínhamos a diferenciação entre populações caçadoras-coletoras e agricultoras.

Da mesma forma, ao longo da história humana, os agricultores tendiam a menosprezar os caçadores coletores, que consideravam primitivos, enquanto estes consideravam os primeiros ignorantes, e os criadores desprezavam os dois. Todos esses elementos influenciaram as decisões isoladas dos povos sobre como obter seus alimentos. (Diamond, 2013 [1997], p. s/n)

Entre todas as criações humanas, a cidade parece ser a mais impactante em nosso modo de vida, ela organiza e pressupõe uma organização. Se, por um lado, ela representa a proteção do ser humano diante das dinâmicas naturais, por outro, é a partir da cidade que aprendemos um pertencimento social, chamado de cidadania, marcado pelo valor de troca como consequência e ascensão de um sistema mundial capitalista de produção.

A cidade é a chave principal da organização da vida contemporânea. Se a natureza foi, em certo momento, o elemento de ajuizamento de nossa consciência no mundo²⁷, a cidade torna-se central para o exercício da governança, a partir do poder do Estado.

É o status universalizante dos sistemas interpretativos mitológicos que a ciência deixa de ter ao separar, por vezes, a dinâmica social da dinâmica da natureza, dando margem a interpretação de que o homem e natureza relacionam-se somente por meio da instrumentalização de um pelo outro. (Tavolaro, 2001, p. 32)

Assim, a cidade deveria ser compreendida como um híbrido, espaço de dualidades entre o material e simbólico, que constituem a própria produção humana. Mas, historicamente ela é organizada tendo como base o valor de troca e não de uso dos bens, é um cenário que propõe a racionalidade da guerra – materializada na competição desigual entre indivíduos e na ideia de regra para sobrevivência. Por outro lado, ao mesmo tempo em que a cidade pode ser considerada espaço de anulação ou invisibilização de certos grupos, também pode-se considerar que, a partir dessa competição, criam-se espaços de re(existência), a solidariedade ou cooperação para a proteção.

A cidade também nos leva a compreender a ideia de cidadania enquanto pessoas que pertencem e colaboram na construção de um espaço que é coletivo, de uma polis que precisa de legislações que possam reger o que compreendemos como certo e errado, para que a vida em coletividade com estranhos seja possível.

É digno de nota que, por pouco que os homens sejam capazes de existir isoladamente, sintam, não obstante, como um pesado fardo os sacrifícios que a civilização deles espera, a fim de tornar possível a vida comunitária. A civilização, portanto, tem de ser defendida contra o indivíduo, e seus regulamentos, instituições e ordens dirigem-se a essa tarefa. (Freud, 1996 [1927], p. 15-16)

A cidade é a representação do híbrido, da permanência da criação humana enquanto forma e símbolo. Independente da reposição total da população de uma cidade, as dinâmicas sociais se intensificam a cada geração a partir dessa mesma base material, circunscrita na transformação da natureza em mercadoria e da permanência da ideia de civilização.

Nesse ponto, a civilização enquanto bem racional construído pela humanidade, enquanto coletivo de seres de uma mesma espécie, ainda se constrói sobre elementos de

²⁷ Assim colocamos porque nos referimos àquele período mítico onde as primeiras interpretações dos fenômenos naturais foram criadas e representadas através de lendas e divindades. O mundo desconhecido teve que, aos poucos, tomar formas humanas para que os próprios seres humanos fossem capazes de amenizar seus temores diante da natureza.

desumanidade, e esse ponto é importante para pensarmos a força de uma racionalidade da guerra que constitui a sociedade, em contraponto a um outro entendimento do que pode vir a ser a civilização enquanto bem material e imaterial dos seres humanos.

A cidade na modernidade marca a constituição do espaço público, que precisa sempre ser reivindicado enquanto espaço também da permanência, do encontro com o outro, da compreensão de conflitos que vão se especializar de formas desiguais no tecido urbano, não sendo o mero acontecimento cotidiano dos fluxos. Assim como, e primordialmente marca o espaço privado, como território, que irá compor uma definição de acesso e garantia da paz individualizados, ou pelo menos a uma ideia de paz para a continuidade da sobrevivência. Dessa forma, toda cidade irá se mostrar hierárquica, a obra “Condenados da terra” de Frantz Fanon, explicita essas diferenças,

A zona habitada pelos colonizados não é complementar à zona habitada pelos colonos. Essas duas zonas se opõem, mas não a serviço de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, elas obedecem ao princípio de exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos está sobrando. A cidade do colono é uma cidade de material resistente, toda de pedra e de ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, em que as latas de lixo transbordam sempre de restos desconhecidos, jamais vistos, nem sonhados. Os pés do colono nunca estão à mostra, exceto talvez dentro do mar, mas ninguém jamais chega perto deles. São pés protegidos por calçados sólidos, enquanto as ruas da sua cidade são limpas, lisas, sem buracos, sem pedras. A cidade do colono é uma cidade farta, indolente, sua barriga está permanentemente repleta de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia dos pretos, a médina, a reserva, é um lugar mal-afamado povoado de homens mal-afamados. As pessoas ali nascem em qualquer lugar, de qualquer jeito. E as pessoas ali morrem em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta de pão, de carne, de calçados, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade estendida no chão. (Fanon, 374-375)

Essa passagem é simbólica porque há nela essa contradição da cidade como proteção da Natureza, mas que na verdade impossibilita o acesso ao básico, quanto mais o pleno e bem viver que deveríamos todos poder exercer em vida. É nesse sentido que é preciso questionar se é apenas através da distribuição de renda, e de um mercado consumidor, que poderemos viver em dignidade?

Tratado de Paris - Conferência da Paz, pós Primeira Guerra Mundial em 1919



Conferência de Potsdam - Tribunal de Nuremberg, pós Segunda Guerra Mundial



Arendt (1969, p. 17) diz que “(...) a paz é a continuação da guerra por outros meios – é o desenvolvimento efetivo nas técnicas de combate.” A conferência de Postdam que marcou o fim da Segunda Guerra Mundial, condenou o nazismo mas também delimitou outros territórios, gerou uma partilha em áreas de influência com vistas no interesse geoestratégico de recursos naturais, que tem impacto até a atualidade. Esses movimentos orquestrados que pressupunham um acordo de paz, representa muito bem esta ideia da paz (para quem?) como perpetuação da guerra, além de uma legitimidade para matar institucional.

2.3 A guerra

*A raiva dá pra parar, pra interromper
A fome não dá pra interromper
A raiva e a fome é coisas dos home*

*A fome tem que ter raiva pra interromper
A raiva é a fome de interromper
A fome e a raiva é coisas dos home*

BOSCO, João. BLANC, Aldir. O ronco da cúca. 1979.

O que está em jogo quando seres humanos entram em guerra uns contra os outros? Na história dos seres humanos, da civilização, com vistas a conceber um sentido de humanidade, já passamos pelas mais diversas formas de anulação do outro, tanto em suas dimensões simbólicas como a morte precipitada pela força de uns contra outros, de sua desumanização.

Fatos esses, que nos deixaram, e acredito que ainda nos deixem, enquanto meros civis, sem conceber como foi e é possível que se chegue a tais fins, a ideia de paz enquanto oposto à guerra, e a guerra enquanto fato criado pelo ser humano, nos leva a indagar suas razões de ser, seja pelo plano da disputa e poder através da violência, como na pulsão de morte presente na psique humana, também potencializada enquanto cultura que resulta da guerra.

Para Seitenfus & Ventura (2005, p.15) “a paz não é apenas a ausência de guerra declarada, mas sobretudo porque a cultura da guerra impregnou o homem de modo bem mais profundo e definitivo do que ele pode suportar”. Se o medo da natureza foi, em outros tempos, o imperativo na sobrevivência dos seres humanos, na atualidade o medo do outro, do semelhante, ganha notoriedade, o outro ou como aliado ou como adversário. Nessas direções, temos quem ainda esteja sob esses mesmos dois imperativos de desamparo: da natureza e da sociedade.

A guerra, se compreendida como uma racionalidade enraizada em nossa forma de conceber o mundo, tanto no passado como no presente, propõe uma certa naturalidade em compreender a morte do outro com mais facilidade que a sua própria. Becker (2021, p. 31) explica que “uma das grandes descobertas do pensamento moderno: de todas as coisas que movem o homem, uma das principais é o seu terror da morte”. Sem falarmos que há ainda

quem deseje a própria morte como fuga de uma existência insustentável, mesmo sem conseguir concretizá-la.

O que o terror à morte significa nesses tempos modernos? A fuga do fim, de aceitar a vida presente como única possibilidade de realização e frustração, é a pulsão de vida ainda como motivo que nos move enquanto seres humanos a estar em constante luta consigo mesmo, mas, principalmente, com a existência do outro.

Para que fosse então concebível compreender nossa própria finitude, o terror da morte, o antropólogo norte americano Ernest Becker (2021, p. 32) nos explica que “O homem elevou a coragem animal ao patamar de culto. A pesquisa antropológica e histórica também começou, no século XIX, a montar um retrato do heroico desde as eras primitivas e antigas.”

A ideia de um herói se torna um consolo, a possibilidade de vencer a morte, mesmo que em um primeiro momento como ilusão, essa concepção nos coloca subservientes a figura que representa o herói, que pode ser estendida a nós mesmos. Becker (2021, p.32) continua e explica “O herói era o homem que podia entrar no mundo espiritual, no mundo dos mortos e voltar vivo.” Uma das razões que com um olhar mais atento, se percebe como em nosso dia a dia os princípios da guerra e do heroísmo se colocam como louros da civilização, “vencer na vida”.

Vejamos o exemplo do soldado que vai ao *front* de uma batalha, e disponibiliza seu corpo à morte, como se enfrentasse o terror à morte, Seitenfus & Ventura (2005, p.15) dizem: “Entretanto, que o trabalho do soldado seja matar e morrer, já é algo questionável do ponto de vista humano. Na maioria das guerras, o soldado sequer sabe por que está morrendo, (...)” o que os leva a colocar fim à sua própria existência, mesmo que por uma possível ideia de vitória, os autores continuam: “São as ideias que se forjam para mover a guerra que provocam este torpor, quase sempre fundado na ilusão do heroísmo.” A ideia do heroísmo é então chamada novamente, como se nela estivesse a possibilidade da imortalidade, de um ser humano que se faz, age e compreende enquanto Deus, ser supremo.

A disciplina, a hierarquia, a diferenciação de uns em detrimento de outros, não em seu sentido de unidade enquanto coletivo, mas como participantes de castas, que produzem e reproduzem uma racionalidade que mantém o poder de uns sobre outros, denotando um sentido de naturalidade, disto tudo derivam as mais variadas teorias de explicação do que chamamos sociedade, seja pelo viés da religião, da luta de classes, do ambientalismo, das questões raciais e de gênero, e principalmente a econômica.

No curso do desenvolvimento social, como resultado do trabalho social geral que introduz na produção do espaço a lógica do mercado imobiliário, a ocupação do solo urbano aparece como um momento do processo produtivo de valorização do capital preso à racionalidade do processo de produção de mercadorias. (Carlos, 2020, p. 418)

Nessa esteira, além de produzirmos mercadorias, nos tornamos mercadoria. Há um apelo imediatista de realização pessoal e concepção do que é estar nesse mundo, ao mesmo tempo, que nos leva a narrativas “solidárias” às futuras gerações, quando não conseguimos ao menos nos equivaler em vida, e no presente, compreendendo a morte como ponto final de toda existência humana.

O antropólogo e filósofo francês Bruno Latour, ao discutir as relações que temos com a natureza em referência a era que vivemos, compreendida por ele como antropoceno, é provocativo ao afirmar como sempre recorremos a instâncias “superiores”, como se precisássemos constantemente de um ente para regular a vida.

As pessoas racionais aceitam viver sob a égide de um Estado cuja forma exata nunca é especificada, mas que cumpre esta função essencial: arbitrar todas as disputas como último recurso. Foi sob esse estranho regime, como vimos na primeira conferência, que a “natureza” se tornou a Suprema Corte de todas as decisões morais. (Latour, 2020, p. 353)

Trata-se de uma moralidade camuflada para invisibilizar o exercício da guerra, mas que, na prática, apenas traz o discurso em outros contornos, situação semelhante à ideia de sustentabilidade em um sistema que, em sua gênese, é insustentável, tanto do ponto de vista da natureza enquanto recurso, como na dominação de seres humanos entre si, da ideia de vencedores e perdedores, bem e mal, na perpetuação de uma ideia fantasiosa de herói, incapaz de solucionar problemas.

Nessa perpetuação da ideia de herói, que precisa no presente solucionar problemáticas que incidem diretamente na sociedade, a fronteira que simboliza o pertencimento a uma nação, a uma unidade histórica, cultural, econômica e social é perigosa. Isto porque tal simbolização homogeneiza concepções de mundo e anula a diversidade cultural.

Becker (2021, p.38) nos indica que “Os temores do homem são formados com base nas maneiras pelas quais ele percebe o mundo.” Nesse sentido, é importante questionar de que forma essa percepção do mundo vem se construindo em uma coletividade. Se parte considerável da população vive em um contexto urbano, onde perceber o mundo é estar afastado de uma existência paisagística, e isso significa o fechamento de horizontes

possíveis de serem avançados e superados, perdemos a capacidade de criar lógicas outras, afinal a lógica da guerra está colocada, e negar a morte não tem sido a melhor escolha nos rumos que está civilização tem tomado. Isto porque a negação da morte parece, historicamente, afirmação do egocentrismo. Na guerra, os homens (na maior parte das vezes sim, os homens) estão matando uns aos outros porque querem garantir supremacias.

Arendt (1969, p. 32) levanta a questão sobre a guerra em relação ao Estado “Isto nos leva a perguntar se o fim da guerra não significaria o fim dos Estados. O desaparecimento da violência nas relações entre os Estados significaria o fim do poder?” explica ainda que o poder é constituinte do ser humano, mas que sobre o cano de uma arma o poder se torna a efetividade do comando. O poder bélico se torna uma ameaça constante de obediência, assim podemos compreender as chamadas potências mundiais via seu poder de destruição, é a ameaça que permanece nas alianças e conchavos políticos.

A governança dos Estados como entes detentores do poder cria uma sensação de uniformização dos conflitos, incluindo população, instituições militares, educacionais, como se houvesse ao olhar estrangeiro uma coesão interna aos Estados. Talvez a prática de democracia que concebemos na atualidade seja o mais próximo que chegamos de abrir espaços para reivindicações de grupos a fim de se chegar a uma maior liberdade e acesso a direitos. Os conflitos internos ao Estado ganham uma dinâmica ampla de contradições e narrativas que entram em conflito ou acordo, resultando em contradições nos conchavos políticos que dizem respeito a interesses de esfera individual e coletiva, privada e pública. Esses pares estão em constante relação de reciprocidade na construção e legitimação da organização social e de recursos. Arendt, nos explica que:

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. (Arendt, 1969, p. 36)

Se é verdade que vivemos em um mundo hierárquico do ponto de vista econômico, cultural, de acesso a bens básicos, esses interesses tratam de beneficiar um grupo e tão logo outro grupo passa a ser prejudicado, não há acordo. Se tem aqui um problema já comentado referente a diferenciação da espécie humana como um todo, do desejo de defender seu ponto de vista aniquilando o outro, corrigindo problemas de ordem histórica, geográfica, social. Se a condição humana é em essência igual a toda espécie, as hierarquias e construções

sociais destoam essa condição. Ao que parece, é preciso chegarmos a um consenso do que é humanidade, e se é possível criar bases éticas e essencialmente humanas. Ou ficaremos em um constante debate sobre para onde a violência ou, mais precisamente, o cano da arma deve ser apontado.

Em uma reportagem publicada em 2017 na página do Projeto Colabora, a jornalista e moradora do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, Daiane Mendes, escreve uma matéria intitulada “Vocês não sabem nada sobre a paz”, o contexto são as ações de pacificação nas favelas do Rio, sobre essas intervenções, Daiane questiona:” Repetiram o velho erro de confundir segurança com paz. Com isso, criou-se um enorme paradoxo: para garantir a paz na cidade seria preciso pagar o preço da vida (e da paz) nas favelas. Será?

Trecho retirado da reportagem

“A paz do Alemão é um domingo de sol com várias crianças correndo na rua e a música tocando bem alta no bar de cada esquina. O culto da igreja que, de tão alto, faz pensar que o evento – quase diário – está acontecendo bem na sala da sua casa. A esse movimento soma-se o barulho de buzina das motocicletas que sobem e descem o morro o tempo inteiro, construindo uma sinfonia aleatória e produzindo uma estranha sensação... de paz.” Daiane Mendes

A paz, se compreendida como um contraponto da racionalidade da guerra, e não uma paz que se conquista pela guerra, como Hannah Arendt bem pontua, mas uma paz que eleva outras racionalidades na interpretação do território, seria possível?

Se a humanidade (em seu ideal) se tornou uma pauta necessária, não parece ter tido tanta amplitude para contrapor o ideal das guerras. O estrategista de guerra chinês Sun Tzu em seu livro “A arte da guerra”, afirma que o único objetivo da guerra seja a paz, mas, contesto e pergunto: A paz não deveria ser o único objetivo para não se chegar à guerra? Assim, que meios intelectuais e materiais temos construído para que a guerra não seja o único caminho possível para a paz?

Capítulo 3 - A Paisagem e a Paz nas Fronteiras: uma possibilidade

Nesse item o objetivo é apresentar uma revisão bibliográfica, referente ao problema ou solução da paz, para em seguida explicitar a contradição da fronteira, quando analisada não por uma paisagem que se faz unicamente pelo plano material, mas principalmente a abertura de horizontes que ela pode nos oferecer, ao passo que reduz as guerras produzidas nesta terra ao desamparo humano, em que todos nós somos embebidos e que ainda não aprendemos a lidar.

Para isso, pretendo analisar a categoria da paz, enquanto um elemento ajuizador da vida e seu desenvolvimento no campo político e acadêmico, passando por construções e tentativas de estabelecer consensos sobre a aplicação desta, a partir da consolidação da ONU nas interfaces com um sistema neoliberal que presa pelo individualismo; e por fim, em ações pacificadoras onde há um terceiro elemento mediador de relações conflituosas. Classifico esse percurso em três pontos: A paz enquanto produto/objetivo da guerra: as regras do jogo; A paz enquanto ideal liberal: estamos encharcados de desejos; O conflito na construção da paz: escalas e representações.

3.1 A paz enquanto produto/objetivo da guerra: as regras do jogo.

A ideia da paz é tão antiga quanto a própria prática da guerra e se relaciona diretamente ao acesso a recursos e a possibilidade de continuidade da espécie via reprodução. Assim como a guerra passou por transformações em sua forma ou ideal de acordo com cada espaço tempo, assim o foi também a paz, tornando-se um par dialético que deveria ser oposto, mas na verdade tem mostrado sua similaridade e dependência.

Duarte (2014, p.32-33) ao analisar as obras de Aristófanes, dramaturgo grego, que tinha o tema da paz recorrente em suas peças apresenta em *Arcanenses*, 425 a.C. o personagem Diceópolis ou Justacidade, este que, despossuído de suas terras e obrigado a ir para a cidade, tenta apresentar um acordo de paz. Esta peça apresenta o camponês expulso de sua terra, que anseia pelo fim das hostilidades para poder retomar sua vida normal. “Sentado na Pnix, à espera da assembleia, ele olha ‘para o campo, desejoso de paz, com ódio da cidade e saudoso de sua aldeia” (v.32-33).

Podemos compreender a guerra e a paz como um par dialético de (co)dependência, a guerra não tem condições de existir permanentemente, se entendida enquanto conjunto de forças mortais, bélicas e de completa anulação de um indivíduo/grupo social. Portanto, a paz, da mesma maneira, serve para marcar momentos de fartura, glória e poder, desfrute dos vencedores, com vistas a uma próxima ameaça. Além do foco na reprodução de certa sociedade, que resulte na reposição de força e mão-de-obra, na atualidade também compreendido como mercado consumidor.

Nesse sentido, é preciso trazer alguns exemplos, guardando-se um certo aprofundamento, a fim de perceber como a guerra se torna um método de apagamento cultural e dominação. Se compreendemos o capitalismo como resultado da acumulação primitiva e produção de riquezas, conseqüentemente a busca por recursos da natureza e secundariamente o recurso humano, alguns horizontes podem se abrir para compreender os impactos de um modo de vida e produção que se espalhou por todo o globo, bem como o discurso dos direitos humanos destinados só a alguns humanos.

A paz institucionalizada sobre a Sociedade das Nações (SDN) parte de um contexto específico, em Seitenfus (2014, p. 86) ocorre enquanto uma “aliança entre os coligados para fazer com que nunca mais fosse possível uma catástrofe como a chamada Grande Guerra.” Catástrofe essa que é superada durante o século XX, este período marca a institucionalização de Organizações Internacionais, onde em um contexto pós Segunda Guerra Mundial, o cenário que se apresenta é a necessidade de reconstrução dos países europeus devastados

pela guerra, sobre apoio estadunidense, assim, nasce a ONU nas palavras de Seteinfus (2014) “Nações “unidas” em torno de quê? Com que objetivos? Unidas pelas guerras. Aliados contra quem? Contra os vencidos.”

O problema da paz é que ela reside em contextos conformados e localizados historicamente, podemos citar alguns que percebemos na atualidade: a paz enquanto um objetivo individual – guiada pelo poder de consumo, da meritocracia e do neoliberalismo; a paz como um intervalo de preparação para a próxima guerra, seja como intervenção de um Estado em outro como da tensão à ameaça; e a paz na manutenção de um sistema de exploração e reformas dentro de uma mesma estrutura, como é o caso dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, que será discutido mais à frente. Estes três pontos apresentam um plano moral do pacifismo, onde é possível citar Isócrates na defesa da paz, Salatini explica que são dois os princípios defendidos por ele:

(...) que serão repetidos até os dias atuais: a) a justiça e b) a utilidade. Tratam-se de dois princípios morais, ainda que distintos: o primeiro teleológico (a paz como fim em si), o segundo, um princípio instrumental (a paz como meio para outros fins). Ao longo dos séculos, uma das características recorrentes da teoria da paz será, de forma geral, o recurso aos critérios morais, sejam eles teleológicos, sejam instrumentais, isto é, o recurso àqueles critérios últimos que permitem distinguir, melhor que quaisquer outros, o bem e o mal, e que servem para fundamentar a crença segundo a qual – como pensam todos os pacifistas – a paz é boa e a guerra, má. (Salatini, 2014, p. 6)

Sobre a primeira concepção, a paz como fim em si, podemos compreender esta finalidade teleológica a partir de Vitte & Silveira (2010, p. 9) que, ao escreverem sobre a crítica do juízo de Kant, para o entendimento do belo na Natureza, que seria um fim em si, como “(...) princípio teleológico da natureza, a representação de uma finalidade natural expressa em seus processos e manifestações”.

Ou seja, uma natureza sem ajuizamento, mas que ao mesmo tempo por sermos dotados de racionalidade, do pensamento sobre o objeto que “(...) somente admitimos esta causalidade a fins, enfim, uma teleologia da natureza, porque representamos nela uma máxima de nossa razão, justamente a que coloca uma finalidade em nossas ações.” Assim o senso de justiça, poderia ser compreendido a uma teleologia moral a partir da natureza, mas não a partir da natureza humana. Nesse sentido, em Kant percebemos algo fundamental na diferenciação entre a paisagem como entrada para a Natureza, afim de um conhecimento por partes de sua totalidade, mas que para aplicação no plano moral, na relação entre os seres humanos via a promoção da paz não há como ser uma finalidade em si, justamente por

seu caráter instável, de uma incessante busca de sentido e trabalho, assim a humanidade não é dotada apenas de uma finalidade em si, criamos necessidades e entendimentos do mundo de forma diversa mesmo que a partir de uma mesma Natureza. Portanto, a paz não é a anulação do conflito total entre seres humanos, mas pode ser uma compreensão paisagística de nosso espaço tempo e da diferenciação de finalidades diante da Natureza.

Chegar a um consenso de bem e mal se torna um problema quando estas perspectivas estão vinculadas a apelos morais, que se corrompem com a prática Política que tende, em diferentes escalas, representar parcelas da população que detém poder (político e econômico) com vistas a interesses que não se estendem na troca de diferentes modos de vida e modos de produção por exemplo, mas, ao contrário restringem esse contato. Assim, a paz é sempre a guerra travestida... de paz. É certo também que há a dificuldade de conceber um entendimento entre todos os habitantes da Terra. Tão certo quanto um entendimento entre as esferas representativas, que passam por interesses não só coletivos, mas individuais. Mas há que se falar sobre.

A sociedade neste contexto, desenvolve regramentos que irão mediar a existência: a natureza, reduzindo-a somente à perspectiva de recurso, que corresponderá a um acirramento na (des)organização da relação entre seres humanos. A primeira perspectiva com discursos que mascaram a disputa pelos recursos para diferentes fins, e a segunda para atingir a subserviência, ora na promoção e conquista de direitos, ora na supressão destes, a fala em respeito aos direitos humanos será em momentos utilizada de forma a mascarar o permanente ato de matar. Sobre este desejo de matar, Freud (1927, s/p) diz que “sob certas condições, o matar ainda é praticado, e, na verdade, ordenado, por nossa civilização.”

É neste sentido que, na atualidade, temos uma fragmentação de resistências e forças que desejam contrapor séculos de opressão. Contra que poder? As relações de poder diluem-se na vida cotidiana, e o sentido de uma paz irá partir de uma satisfação ora individualista ora determinada por um grupo, não se trata, portanto, de um horizonte paisagístico para a diversidade existencial de grupos, pessoas e sociedade no presente, mas justamente a negação paisagística e a semelhança com uma Natureza que já nos ditou o fim.

Dessa forma, nas relações cotidianas, percebemos que a sobrevivência está em disputa nas mais diversas facetas, em cenários de escalas globais com interferências locais, de estruturas marcadas pelos desdobramentos da colonização e da validação de outros saberes em espaços legitimados.

Assim, a paz enquanto elemento conceitual moderno, que tem sido resultado de tentativas de acordos entre Estados Nação, de ações que perpassam elaborações entre

organizações internacionais, entidades mundiais, instituições e ONG's, é constituída por uma diversidade de interesses que muitas/se não todas, escapam a realidade concreta dos lugares, definições e ações que perpassam a própria inserção em um sistema atualmente definido como neoliberalismo, onde tudo pode se tornar mercadoria e o valor de ser humano é, a cada passo, mais substituível.

Como exemplo podemos citar a própria terceirização da boa ação através das campanhas de arrecadação de recursos financeiros para que haja um atendimento humanitário a populações de refugiados, à guerra, à pobreza, na promessa de uma salvação da humanidade, ou a salvação da natureza, quando todos nós, meros civis fomos destituídos de qualquer meio de sobrevivência.

Surge então o herói, ideia discutida anteriormente, como forma paliativa de conferir alguma dignidade diante de decisões que provocam a guerra dentro de uma mesma instituição, a essas ações temos a Organização das Nações Unidas – ONU, que conforme Cunha (2020, p. 9) diz que no século XIX a partir da obra de Kant “A Paz Perpétua” se sinalizava inspirados por seus escritos que “os esforços pela paz revelaram-se quiméricos, não há utopia alguma em acreditar que, se é para ser possível uma condição permanente de paz, ela só pode o ser sob os princípios do direito e das relações internacionais.”

A representação do Conselho Permanente de Segurança da ONU é um exemplo desses esforços internacionais, que muito mais desrespeitam a uma participação de países ditos “em desenvolvimento”, mas que na prática o poder decisório é constituído, não por acaso, de potências bélicas, que fortalecem um comportamento de ameaça, para que a paz seja constituída por seus interesses, são eles: Estados Unidos da América, Federação Russa, França, Reino Unido e República Popular da China. É evidente um jogo de forças desiguais entre a própria estrutura da organização, como a presente tensão e desacordo entre os membros permanentes, a paz dessa forma é pensada a partir de um jogo destrutivo de poder e em uma escala descolada da paisagem, e sempre voltada aos territórios.

Dentre os exemplos de dominação territorial, que materializam esse fracasso da Liga das Nações e a posterior definição do que seria esta Organização Internacional, no pós Segunda Guerra, há as seguintes possibilidades e definição:

(...) todos estão de acordo que lições devem ser extraídas do fracasso da SDN. Simplificando, podemos indicar dois modelos de organização internacional se afrontam. Por um lado o modelo inspirado por Hans Kelsen. A nova instituição deveria ser democrática e sustentar-se no poder do Direito, afastando o vírus da política, do subjetivismo e do estrito interesse nacional dos Estados membros e concedendo prioridade aos interesses coletivos. Por outro lado, a tese dos

vencedores da Segunda guerra mundial (essencialmente os Aliados) que defendiam o direito de Poder. Ou seja, que a nova institucionalização das relações internacionais deveria ser reflexo da efetiva distribuição do poder, mormente reconhecendo direitos especiais e superiores aos vencedores da Segunda guerra mundial. Este será o modelo adotado. (Seitenfus, 2014, p. 88)

A narrativa que se constrói da guerra enquanto jogo de forças, enquanto única condição de disputa, parece um tanto perspicaz, existe uma escala de comportamentos necessários a essa condição de guerra, vide como os exércitos são treinados, a ameaça constante e a força violenta como resolução. A exemplo da Liga das Nações, no contexto das grandes guerras, onde para Estados infratores, não foi previsto sanções, que Seitenfus (2014) explica estas potencias “(...) são livres para utilizarem-se da guerra (ou da simples ameaça) como instrumento normal de sua política exterior.”

Lembrando Kant, quando nos diz que para alcançar a paz, devíamos estabelecer então uma vívida competição, mas para isso é preciso que essas forças em disputa não tenham como horizonte o extermínio do outro, ou até conchavos que beneficiem acordos que prejudiquem um terceiro. Percebe-se então que se por um lado a criação de instituições internacionais que promovam ao menos na teoria a possibilidade da paz, mesmo que temporária, ela não se torna eficiente, justamente por esta organização ser dependente da decisão de potencias.

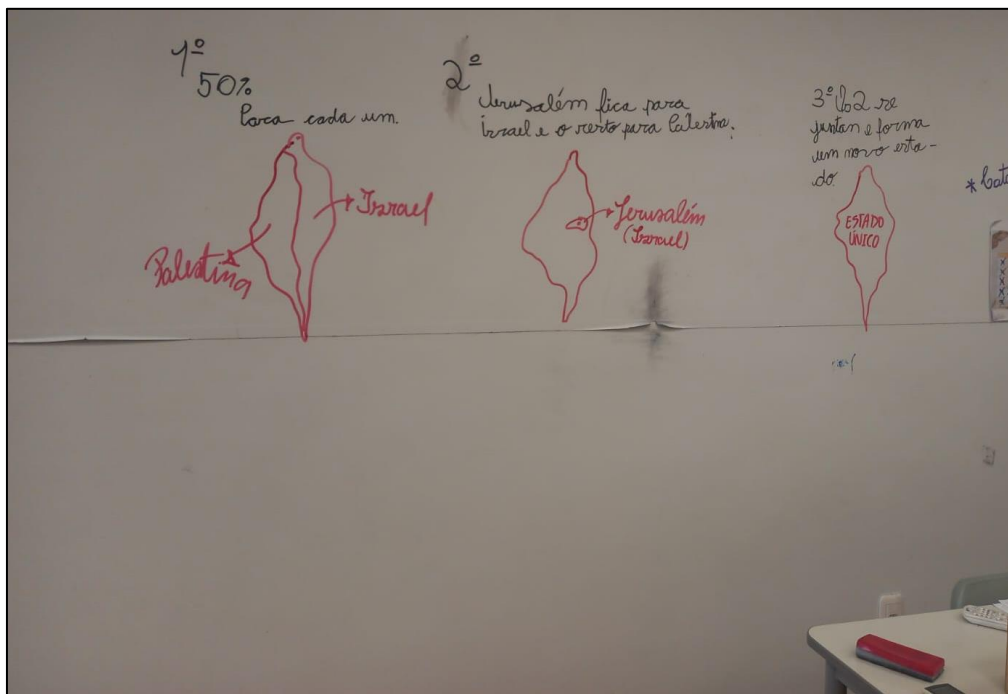
Como então pensar a paz a partir da fronteira? Nos colocar a fronteira para observar a paisagem que dali deriva e, em certa medida, reconstruir o imaginário, questionar o estabelecido, potencializar a criatividade, sobre isso, Hissa nos convida a pensar a imaginação como potencialidade para a criação:

A imaginação: como avaliar as possibilidades da criação (da crítica, da leitura, da interpretação, da combinação ou do arranjo) sem que se tenha a sua disponibilidade? A imaginação é antes de tudo, um estado do espírito potencializado que mobiliza ou desencadeia a disponibilidade para a criação. A imaginação é, também, um estado de espírito que coloca o sujeito em condições de criar, inventar, interpretar, combinar. (...) A disponibilidade da imaginação é, em grande medida, um reflexo da disponibilidade de imagens. Trata-se portanto, de um universo de trocas que se multiplicam: as imagens são, também, produto da capacidade de imaginação. (Hissa, 2006 [2002], p. 116 – 117)

Trago esta reflexão sobre a imaginação em Hissa, justamente por esta possibilidade de criar e reinventar arranjos perpassar minha prática enquanto professora da educação básica, em recente atividade na escola com os nonos anos e diante da guerra já anunciada entre Israel e Palestina, foi solicitado pelos estudantes um debate. De acordo com a proposta,

apenas sugeri que apresentassem documentos que estabelecessem a paz. Ao fim da realização do debate, as propostas foram apresentadas, conforme o registro a seguir:

Atividade de debate sobre a guerra entre Israel e Palestina



Dentre as diversas possibilidades de análise destas propostas (metade do território para Israel e outra para a Palestina; Jerusalém fica com Israel e o restante do território para a Palestina; formação de um Estado único), o que me chamou a atenção e uso agora nesta pesquisa como forma ilustrativa, é então, como a ideia de fronteira, da repartição dos lugares está estabelecida não só no imaginário dos mais velhos, como dos mais novos. E aqui questiono a partir das provocações de Lacoste, se a geografia é uma ciência que está a serviço dos Estados e na escola se faz como uma disciplina neutra, como podemos utilizar da imaginação para potencializar compreensões paisagísticas e humanas de outros lugares? É certo que por mais que tenhamos a nossa disposição toda sorte de ferramentas tecnológicas, a produção de mídias, que favorecem esta expansão do imaginário, mas ainda assim não parecem suficientes para nos deslocar do território para outros ajuizamentos.

Por fim, é importante salientar que enquanto houver guerra, não teremos chegado a um status de humanidade. E questionamos, como mesmo diante de todas as tecnologias desenvolvidas, com a produção de alimentos que temos na atualidade, até as condições de acesso a direitos básicos de existência comum, como ainda o desamparo persiste não enquanto uma condição diante da natureza, mas como fator regulador das relações humanas? Sobre essa questão voltada ao individualismo e a paz enquanto ideal liberal tratarei no próximo item.

3.2 A paz enquanto ideal liberal: estamos encharcados de desejos.

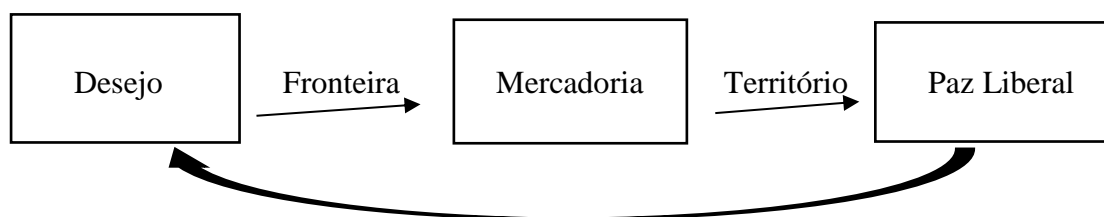
*“(...) Com sua venda nos olhos
Trazendo consigo o mito da imparcialidade
A justiça não nasceu da liberdade
Sua dureza se encontra na sua elasticidade
De sua interpretação(...)”*

Cabruêra – Magistrado Ladrão

É possível discutir a paz em pé de igualdade entre todos os seres humanos? Ou mesmo, a paz tem o mesmo sentido a todos e todas? A paz é um objetivo comum, ou um lugar que se chega a partir de um esforço individual? A paz, principalmente após as grandes guerras do século passado e formulação de instituições que pensassem a paz em escala global, como foi discutido anteriormente, trouxe consigo, de certa maneira, problemáticas que atingem o mundo como um todo, principalmente aqueles voltados a desigualdades e dos recursos naturais. Temas esses melhor discutidos mais à frente.

Primeiramente apresento uma síntese de como podemos compreender, no início deste esquema, enquanto natureza humana movida pelo desejo, que conforme Sanches (2010) explica o desejo em Freud a exemplo da criança que depende do cuidado alheio, deste desejo de retorno à satisfação, o autor explica que “(...) o desejo é um desdobramento da busca pelo prazer, e visa, como meio de realizar tal descarga, a experiência da *identidade* entre um percepto atual e os estímulos que compuseram a vivência de satisfação primária.” Poderíamos dessa forma compreender a fronteira que delimita uma nação, uma identidade, como este espaço de retorno a uma satisfação primária que não mais ocorrerá, dessa forma torna-se uma representação.

Uma paz que se constrói a partir de problemas que, na atualidade, se referem a uma escala mundo, em um sistema de desigualdades mais aprimorado, que se reinventa e agrega a paz em interpretações que serão muito próprias em seu caráter simbólico e narrativo. Assim, o desejo do retorno e da proteção é um motor combustível na geração da insatisfação, por depender do outro, ao mesmo tempo, que o anula. Abaixo um esquema que pode representar o caminho do desejo até a paz a partir de um sistema produtivo via consumo:



Freud em *O futuro de uma ilusão* nos explica que na psicologia, mas que não é diferente com outras áreas, se tem um vício em interpretar a tudo partindo do campo econômico,

Deslizamos, sem nos darmos conta, do campo econômico para o da psicologia. A princípio, ficamos tentados a procurar as vantagens da civilização na riqueza disponível e nos regulamentos para sua distribuição. Entretanto, com o reconhecimento de que toda civilização repousa numa compulsão a trabalhar e numa renúncia ao instinto, provocando, portanto, inevitavelmente, a oposição dos atingidos por essas exigências, tornou-se claro que a civilização não pode consistir, principal ou unicamente na própria riqueza, nos meios de adquiri-la e nas disposições para sua distribuição, de uma vez que essas coisas são ameaçadas pela rebeldia e pela mania destrutiva dos participantes da civilização. Junto com a riqueza deparamo-nos agora com os meios pelos quais a civilização pode ser defendida: medidas de coerção e outras, que se destinam a reconciliar os homens com ela e a recompensá-los por seus sacrifícios. Estas últimas podem ser descritas como as vantagens mentais da civilização. (Freud, 1927, s/p)

Essas vantagens mentais da civilização são também herdadas como *modus operandi* em escala global, o problema são as diferenças constitutivas da forma como esse ideal civilizatório é compreendido por toda civilização. Se é fato que há desigualdades, que são fruto de processos históricos, conforme Freud (1927) sinaliza “(...) é compreensível que as pessoas assim oprimidas desenvolvam uma intensa hostilidade para com uma cultura cuja existência elas tornam possível pelo seu trabalho, mas de cuja riqueza não possuem mais do que uma quota mínima.”.

Nos primeiros anos, desde a fundação da ONU até o fim da Guerra Fria, as operações de paz tinham um caráter essencialmente militar, cujo objetivo era manter ou preservar a paz (*peacekeeping*) no cenário internacional. As primeiras operações chamadas de “operações tradicionais” eram compostas por um corpo militar levemente armado que era enviado a um país em situação de conflito com o objetivo de supervisionar acordos de cessar-fogo; fortalecer a confiança entre as partes em conflito e manter a ordem por meio da criação de *buffer zones* (zonas tampão). (Silva, p.71, 2021)

Qual ética é projetada e introjetada quando observamos a paisagem? Quais desejos movem a paz? Na legitimação do Estado enquanto ente representativo das relações internacionais, há um entendimento de Estados uniformes, ou seja, território e população. As *buffer zones* ou zonas tampão seriam regiões de mediação de conflitos entre dois

territórios, Sanguin explica essas paisagens, (na perspectiva deste trabalho seriam territórios) da seguinte forma:

As paisagens de fronteira das zonas tampão das Nações Unidas são relativamente parecidas às de países em guerra. Há quartéis, alojamentos, oficinas de reparo e manutenção, hospitais temporários, unidades médicas, armazéns de munição, estacionamentos para tanques, pistas de decolagem para aviões, pistas de pouso para helicópteros e drones, postos de telecomunicação, radares e postos de observação. Contudo, há uma diferença fundamental entre as paisagens das fronteiras das Nações Unidas e as de países em guerra: os Capacetes Azuis não são considerados inimigos pelas populações nativas. Os Capacetes Azuis reabilitam centros de saúde gratuitos, escolas e centros esportivos. Eles consertam pontes e estradas. Sempre que possível, a linha de cessar-fogo é pintada de azul (a cor oficial das Nações Unidas), e a bandeira azul das Nações Unidas é visível tanto quanto poderia ser. (Sanguin, 2015, p. 403)

As ações praticadas pela ONU em conflitos enquanto uma entidade supranacional no auxílio humanitário, tem em si também vícios de uma construção histórica localizada no norte global, as influências e esforços ali validam uma estrutura colonial e imperialista que seguem a lógica neoliberal. Se por um lado o espírito do comércio em Kant poderia ser uma possibilidade da ausência da guerra, o que se percebe na realidade é uma estrutura produtora de refugiados e migrações forçadas, de caráter predominantemente econômico. O capital se estabelece enquanto ente “sem fronteiras”, os Estados Nação compreendidos enquanto potências mundiais ganham um escalonamento de antigas e novas áreas de influência.

Se em uma visão geopolítica cabe à Geografia fazer a guerra, sob a ótica geojurídica ela passa a ser elemento indissociável de mediação da paz, em prol do ordenamento territorial. Há a premência de se conferir aos cidadãos uma noção clara de pertencimento e de hierarquia, por meio da soberania e de uma representação no espaço. (Ugeda, 2019, p. 4)

Esta perspectiva que Ugeda apresenta de uma geografia contrária a ação da guerra, seria da mesma forma o estabelecimento de controle via uma ótica geojurídica, que podemos observar como o papel dos capacetes azuis, mais que uma ajuda humanitária há um sentido simbólico de proteção, via um arcabouço instrumental de guerra, pergunto: Há um sentido paisagístico para essas pessoas refugiadas de seus lugares de vida ali?

Quando focamos em compreender estes movimentos, Haesbert e Porto-Gonçalves (2006) chamam a atenção para estes processos migratórios, onde neste contexto atual do século XXI irão configurar novas reterritorializações e multiterritorialidades, onde o território comum foi deixado e a identidade permanece como um ponto referencial “ (...)

focada mais na memória do que no território comum, esta memória também está calcada, e em grande parte, na ‘recordação e comemoração’ que faz referência a uma territorialidade.”

Se analisamos os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, podemos observar em uma leitura atenta na descrição de cada uma das ODS, a manutenção de um sistema desigual de exploração que permanece, questões estruturantes entre um pequeno número de países que concentram a maior parte da riqueza material, nas palavras de Seitenfus,

(...) a área social oferece ainda maiores decepções. A fome, a miséria, o desemprego, o analfabetismo, a violência e a xenofobia que atingem centenas de milhões de pessoas, são manifestações inequívocas de que a batalha para melhorar as condições humanas também foi perdida pelas Nações Unidas. A riqueza concentra-se num pequeno número de países que, como caramujos, fecham-se aos contatos com a grande massa de países depauperados. A ONU tampouco consegue convencer as elites dos países do Sul a praticar um mínimo de justiça social. (Seitenfus, 2014, p. 96)

Em seguida os objetivos de desenvolvimento sustentável listados na Agenda 2030 da ONU:

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil



Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Este quadro apresentado acima, com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apresenta pontos que são fundamentais de se pensar o bem viver da população, a partir do modo de vida que temos estabelecido, porém, ao não tocar em pontos fundamentais citados anteriormente, que sustentam uma desigualdade que se manifesta em

muros e refugiados, Estados fundadores e participantes do Conselho de Segurança, com poder de veto – já que é necessário a unanimidade em decisões críticas (a exemplo das discussões em torno da guerra entre Israel e Palestina), estes exercem um poder de defesa e ameaça em escala global, como é o caso da OTAN, e outras organizações que são prioridade para essas potências, e a ONU nesse cenário representa um poder simbólico, mas não executivo, de fato, na manutenção da paz.

A paz neste cenário se torna um ideal, mais que utópico, inatingível, é verdade que são uma base importante de princípios que direcionam políticas internas aos países, assim como as relações externas, porém suas metas são faraônicas, além de não tocar em pontos fundamentais de uma superestrutura de dominação e poder.

Na descrição dos ODS, o que se percebe é um esforço de soluções emergenciais para problemáticas globais, complexas, que perpassam estruturas que ainda não foram superadas nem mesmo em uma escala local. A sensação de que o mundo está acabando e a imobilização diante da impotência se realizam. Por mais que não apresente soluções mágicas como a proposta da Revolução Verde aliada a ideia de um planejamento às cegas quanto as realidades locais e nacionais, parte-se agora de um arsenal de princípios generalistas. Outro problema está no esvaziamento de qualquer outro plano se não o econômico, quando se trata desta “luta para o desenvolvimento” calcada no empobrecimento dos países, percebido sobre dados como o IDH, que na prática irão representar de forma muito geral como é a manifestação da realidade,

Presente nos anos quarenta, cinquenta, sessenta ou mesmo setenta, a palavra pobreza foi identificada como reconhecimento do baixo poder aquisitivo, da exploração assalariada. A partir dos anos oitenta, a miséria torna-se condição substantiva, explicativa desta temporalidade, tendo como significado a situação de carência absoluta dos meios de subsistência, indigência, penúria, ou seja, condição do que possa ser considerado vergonhoso, deplorável, infâmia e torpeza. Enfim, como registra o dicionário: aquele que caiu em desgraça. (Conceição, 2005, p.167)

Esta ideia de pobreza, relacionada a desgraça, exposta por Conceição, nos leva no caminho de contestar essa ideia projetada na linguagem sobre “em desenvolvimento”, “luta para o desenvolvimento”, o lugar de cidadãos de segunda classe de forma geral, quando se pensa as configurações populacionais dos países, há um discurso de esvaziamento de qualquer outro sentido sem ser o econômico, como se as pessoas fossem desprovidas de reflexão diante de suas condições que são resultado de escalas de políticas nacionais, mas

também da interferência externa na consolidação e implementação de modos de produzir que também esvaziam os saberes e conhecimentos locais, se estes não correspondem ao que se espera de um ideal de crescimento econômico, que, inclusive é boicotado.

3.3 O conflito na construção da paz: escalas e representações.

Um mundo que se apresenta fronteiro, logo, territorial. Essa afirmação pode partir dos mais diversos campos, onde a fronteira é sempre um lugar a ser superado, um território a ser explorado e conquistado, na maioria das vezes não um lugar de encontro e de contato entre relações possíveis, mas da competição. A fronteira pode de tantas maneiras ser compreendida não apenas em seu teor espacial, mas também como uma categoria para se pensar esta relação entre opostos e semelhantes.

Aqui, pretendo apresentar a partir de Sanguin (2015) cinco conjuntos que podem ser compreendidos a partir de seu texto enquanto conjuntos semelhantes em sua estrutura que contam sobre a atualidade das fronteiras de modo geral.

Estes conjuntos fronteiros de paisagens²⁸ “comuns”, seriam: a fronteira relacionada a compras mais baratas e exclaves de *duty free*; a fronteira manifestada em cidades gêmeas; a fronteira em ambientes rurais; a fronteira em muros, cercas e barreiras; por fim a fronteira enquanto zona tampão. A seguir apresentarei discussões referente a essas temáticas da fronteira e possibilidade de interpretação a partir de uma concepção da paisagem como dimensão existencial e expressão máxima das continuidades socionaturais, uma interpretação que evidencie a paisagem em relação à fronteira.

Parto de uma análise dos cinco tipos de fronteira citados por Sanguin (2015) apontando contradições que poderiam ser superadas se pensadas a partir da cooperação transnacional. Se a fronteira é um conceito internalizado em nossa sociedade, em escalas de representação que manifestam não só a área de forças entre Estados, como também na forma de organização da sociedade, assim a fronteira é uma manifestação cotidiana da permissão e do acesso, ou seja, a ideia fronteira é alimentada e incorporada em nossa linguagem e prática como forma de participar e se adequar a este mundo.

Neste sentido é possível afirmar que ainda vivemos em uma sociedade que se faz fronteira, e o que isso significa?

Acredito que há uma dimensão paisagística, possível de nos humanizar ao passo que pode ampliar nossa percepção de um mundo a partir de bases éticas e estéticas.

²⁸ Em primeiro lugar, se a paisagem é analisada somente a partir de sua dimensão material, marcando dinâmicas específicas na fronteira, sua função permanece na caracterização dos conflitos e na negação de uma das realidades via o interesse manifestado, como é o caso da mudança de moeda e poder de compra. O objetivo aqui, é expor a contradição da fronteira quando observada a partir da paisagem, sua falta de sentido ao mesmo tempo que desenvolve e cria o desejo de alcançar o outro lado. Porém, essa perspectiva nos fornece importantes descrições para que a crítica proposta neste trabalho se revele.

A fronteira superada pelo poder de compra, marca uma ideia de acesso ao poder de ir e vir, via mediação do dinheiro, ao mesmo tempo que há fronteiras não superadas em relação a população de refugiados, a produção de migrantes, que são resultado de fronteiras para além das que delimitam um Estado do outro, delimitam espacialidades internas.

A fronteira observada pelo ponto de vista da paisagem não deveria ser apenas a caracterização das formas como ela pode vir a ser organizada em conjuntos específicos, se há a proposição de olhar para fronteira sempre como uma reafirmação da coerção, ou da diferença, e conflito, talvez não estejamos observando de fato a paisagem, e sim caracterizando as margens do encontro entre territórios.

Para Besse (2014) “Seria necessário se habituar, nessa perspectiva, a não mais considerar o espaço (e em especial o espaço geográfico) como um absoluto, como um quadro englobante, neutro, no interior do qual qualquer realidade seria colocada, os mundos, os homens etc.” ou seja, o espaço não é um dado revelado e fixo, como a representação de fronteiras que delimitam tão somente a área de poder territorial. A paisagem propõe, de acordo com o autor em “(..) relação à pluralidade dos horizontes de sentidos e dos regimes de percepção onde eles se definem. Esta diversidade atravessa igualmente as paisagens, as concepções que podemos ter, as maneiras de percebê-las, bem como as maneiras de fabricá-las.”

Como pensar a mediação de conflitos, sem ser apenas um novo conchavo que flexibiliza dominações? Ou reafirmar uma ideia da falta de autonomia das populações se organizarem? Da sempre necessidade de uma autoridade “cuidadora” e mediadora das relações humanas, não seria quem medeia e cuida também um ser humano?

A mediação de conflitos, surge então como um reforço entre civilizados e não civilizados²⁹, ora, seria necessário a mediação de conflitos se todos dispusessem de condições igualitárias?

Assim, a palavra enquanto linguagem, não só é o ato de passar uma informação, mas de refleti-la em seus sentidos profundos construídos em outros contextos. É o caso da ideia de distribuição de renda, que guia nossas análises nas ciências humanas, onde há um sujeito escondido que irá fazer o ato de distribuir, neste caso quem é este sujeito? Porto

²⁹ Segundo Quijino esta ideia de civilizado e não civilizado teria suas raízes a partir de dois mitos fundacionais: “(...)um, a idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo”

Gonçalves indica que esta relação de distribuição de renda é um efeito de uma insolvência das necessidades sociais, resultado do processo de urbanização aliado ao novo modelo agrícola:

Considere-se que esse perfil de precariedade nas condições de acesso ao mercado, dado pela escassez de renda da maior parte da população é, ele mesmo, parte da estrutura de poder entre as classes sociais e, assim, não é algo que se resolva numa perspectiva de distribuição, como se fora externo às relações sociais e de poder. (Porto-Gonçalves, 2004, p.)

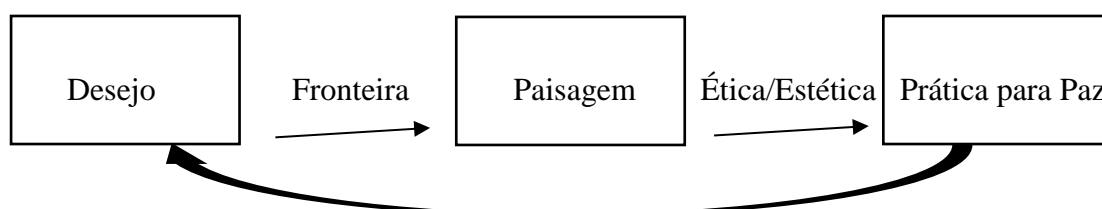
Como pode a paz não servir, apenas, como espaço-tempo da guerra? Se a guerra simboliza o desacordo, mas sobre qual desacordo estamos falando? O mundo atual ainda se perpetua hegemonicamente a partir de um modelo, capitalista e territorial, que se espacializa em terra e mar, expandindo territórios, mas agora sobre a ideia de áreas de influência, fundados nos valores de troca e do espírito do comércio, se soma a isso, estruturas de dominação e subserviência. Eis a questão, continuamos insistindo no território e utilizando a mesma linguagem da violência? Ou, seria possível a paisagem ser o conceito principal na mediação da vida terrena, já que é impossível conquistá-la?

Capítulo 4 - A paisagem como possibilidade de pensar a paz através da fronteira.

A partir das considerações anteriores sobre a natureza, a sociedade, a guerra, e as questões relacionadas ao entendimento da paz até a atualidade, proponho neste capítulo apresentar a paisagem como um conceito fundamental para superar a fronteira, e por consequência, o território.

A seguir, apresento uma proposta que, a partir do desejo em Freud, como constituinte de nossa psique, da relação mente e corpo, na ideia de retorno a uma satisfação primária, que não mais será preenchida, pode a partir da paisagem nos projetar na insatisfação como constituinte de um desejo, não de retorno, mas de potencialidade criativa.

A paisagem, nesse sentido, seria uma abertura de ajuizamentos éticos e estéticos que podemos ter a partir das percepções sobre as dinâmicas naturais, ou melhor, o sublime em Kant, que nos causa o comprazimento (negativo), ao mesmo tempo que pode ser um motivador de práticas éticas entre nós, e aí sim, uma ideia de paz, liberta do território, que retorna ao desejo, não como fonte de satisfação de um desamparo, mas como parte constituinte do que somos e do que nos mobiliza e afeta.



A paisagem neste esquema representativo seria a mediação entre nossa projeção limitada diante da natureza, ao passo que provoca o pensamento em relação à fronteira como marcadores de contradição.

Rosario Assunto (2013) disserta sobre atributos estéticos de apreensão da paisagem. Para aquele autor, a paisagem é um fenômeno exterior, aberto, contendo a presença do infinito como representação. Para ilustrar isso, apoiamo-nos no título de um texto de Michel Courajoud (2013) chamado “A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam”. A ideia presente nesse texto vai na direção de que a paisagem é um fenômeno irrepitível. Todas as vezes em que um observador mira uma paisagem e tenta alcança-la, ela, a paisagem, sempre escapará do alcance do observador.

Assim, a ideia de “desejo” em um debate sobre a paisagem como dimensão do existir humano, estaria relacionada com a busca do observador pelo mundo, o desejo de conhecer e explorar outros lugares, outras paragens.

Se uma paisagem, do ponto de vista de um dado observador, apresenta elementos constituintes, formas e dinâmicas que desenham coisas que não são esteticamente aprazíveis, um “pedaço” de mundo que não é belo e bom, então, o movimento do observador seria, por consequência, ir em busca de outras paisagens, sair da condição de penúria, de situações que causam mal estar. A paisagem, nesse sentido, poderia ser um elemento que faz o ser humano buscar pela calma, enfim, pela paz.

4.1 Uma questão paisagística: Afinal, a Geografia, serve para fazer a paz?

“O geógrafo deveria, portanto, se perguntar para que pode servir e em que contexto político se inscreve a pesquisa que ele empreende ou que lhe pedem para empreender, ele deveria mesmo recusar, ao menos recusar dar a conhecer os resultados, nos casos em que, manifestamente, os dados que ele fornece servem para espoliar ou arrasar uma população, em particular, aquela que ele estudou.”
Lacoste, p. 164, 1969

A afirmação, que dá título à essa dissertação, retorna como pergunta neste capítulo final, proponho analisar como a paisagem pode ser compreendida enquanto entrada de um entendimento da paz, que trará de fundo, não somente o sentido material que a corresponde, mas, como os sentidos imateriais se articulam a partir da natureza humana em sua apreensão da Natureza. Nesse sentido, cabe aproximar o questionamento não só sobre a geografia, mas, para que serve o Geógrafo?

O ato de escrever e pensar o ofício, em um sentido de aproximar a própria existência neste espaço-tempo de percepção do mundo, me leva a questionamentos em relação a prática da profissão escolhida, uma profissão que surge como prática da guerra, se constitui em conhecimento organizado, e de forma geral constrói a crítica das problemáticas presentes em nossa temporânea³⁰ presença no mundo. E nesse momento me pergunto, para que fazer a paz? E como fazer? Parto desta questão do fazer, atrelada ao saber em que Hissa (2006) nos provoca a pensar sobre as relações estabelecidas entre estes verbos, associando estes em uma unidade constitutiva do pensamento reflexivo, em um contexto de modernidade que vivemos onde a prática, ou praticidade, enquanto aplicação da técnica isenta da reflexão é superestimada:

(...) o saber realiza-se no fazer. O fazer é a materialização do pensamento. Não pode haver um agir dissociado de um pensar. Pensa-se ao se agir. O pensamento permeia toda a prática e toda a ação referente ao trabalho de criação. O pensar e o fazer são a unidade que se materializa na obra. Aquele que faz, de fato, é aquele que faz enquanto pensa. A afirmativa movimentada a reflexão para além do simples fazer irrefletido, recaindo-se novamente na questão do método. O ato de fazer a obra, tanto na ciência como nas artes, é o projeto de pensar sobre a mesma, de pensar

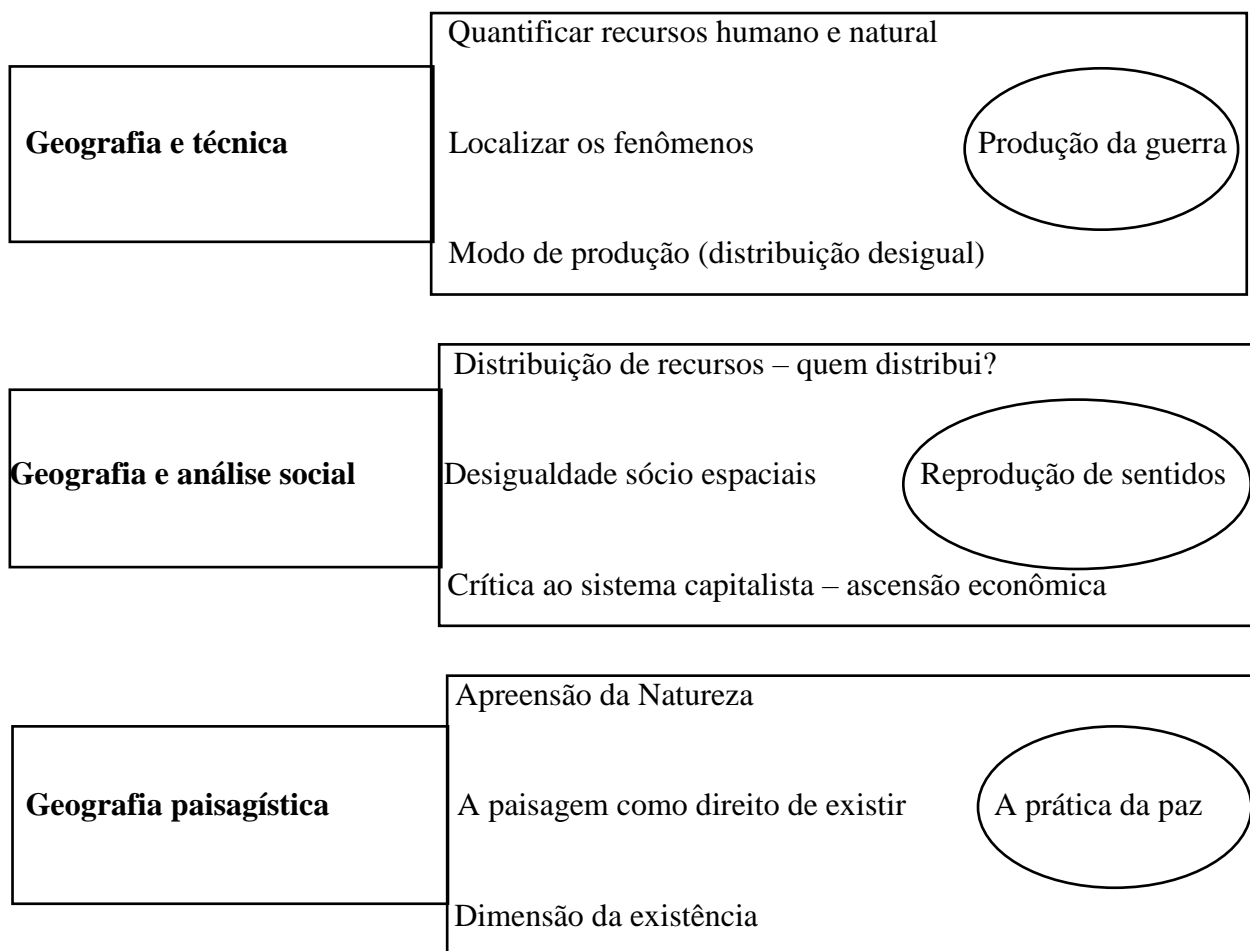
³⁰ Temporâneo, compreendido nesta janela de existência que se abre no momento presente constituído de tempos passados e suas marcas no espaço, e a projeção de um futuro. Conforme Leite (2021, p. 20) a temporaneidade está relacionado a “(...) a breve duração de nossas existências, uma dimensão limitada, quantitativa, que inscreve nas paisagens a atividade humana dos lugares.”

sobre o fazer, de descobrir na criação novos procedimentos de “como fazer”. (Hissa, 2006 [2002], p. 202 – 203)

Para isso, é necessário identificar o sentido dessa geografia contemporânea que carrega heranças de sua consolidação, como também as crises que irão gerar novas interpretações e epistemologias, a fim de dar conta de uma realidade em constante dinâmica, como já afirmado anteriormente, onde atores e agentes sociais colaboram e acrescentam elementos de análise na interpretação do mundo e dos fatos, na revisão epistemológica da ciência e na prática geográfica enquanto uma forma de ação no mundo. Lacoste diferencia estas duas vertentes:

Diferentemente da geografia universitária, onde as pesquisas, assim como o ensino, foram concebidas como um saber pelo saber, radicalmente amputado de toda prática, as pesquisas de geografia “aplicada” são conduzidas em função de objetivos explícitos, seja para propor uma solução técnica, mais ou menos parcial, seja para fornecer informações que permitirão visualizar uma ação. (Lacoste, p.146, 2012 [1985])

O esquema a seguir, tem como propósito apresentar uma síntese dos elementos teóricos na compreensão de nossa sociedade, via a geografia, e por conseguinte sua espacialização. Esta síntese, se torna uma forma de ilustrar a proposta desta dissertação como uma possibilidade de uma Geografia feita por geógrafas/os, onde a dimensão paisagística não é apenas uma forma de regionalizar aspectos naturais e culturais, como também não é uma simples relação entre belo e feio, ou uma contemplação despretensiva. A paisagem é uma inserção para a prática ética entre os seres humanos, em um mundo que se faz cada vez mais teleguiado pela suposta ideia de controle e dominação da Natureza e da natureza humana.



Elaboração: Fonseca, 2023.

Este esquema não se trata de uma desvalorização da produção e cientificidade construída ao longo do tempo, tal qual este trabalho não é uma negação da obra de Lacoste, mas uma provocação de como tenho refletido e, na medida do possível, praticado o ser Geógrafo. Nós, seres humanos, civis, acadêmicos, é que destinamos sentido a nossa prática e ao mundo que habitamos.

Um primeiro ponto é retomar a construção da Geografia vista, ainda por muitos, como uma ciência puramente técnica: localizar, cartografar, quantificar. Esses exemplos retomam processos históricos do que Ugeda (2019) vai chamar de: Era dos censos; Era dos mapas; Era dos sistemas, ou da geoinformação. Todos estes conhecimentos são base para a gestão e domínio territorial, com a finalidade de uma ação eficaz no território, somada à perspectiva legislativa como ente regulador da vida social.

A crítica de ter na Geografia uma ciência quantitativa, é que este é um projeto que passa pela tentativa de homogeneizar as formas de apropriação da natureza e das diferentes manifestações culturais em vários contextos sociais.

É nesse sentido que podemos nos perguntar se ainda há importância nas diferenças geográficas. Se existe uma prática, na atualidade, de homogeneização das formas e dinâmicas dos lugares, resultado da expansão do capitalismo e como este se manifesta no espaço, ainda poderíamos pensar a importância das características, dos valores, das culturas locais?

Se sim, como seria pensar o desenvolvimento dos diferentes lugares, compreendendo que não só a natureza é um sistema aberto de relações, mas a própria sociedade?

A questão é que com nossa imersão em um sistema que não só influencia nossa forma de agir no mundo, influencia também os sentidos que as palavras contém e como elas tornam-se viciadas em uma interpretação que se desgasta e deixa de fazer sentido,

(...) o real é um movimento que se faz através de contradições que, por sua vez atravessam a própria prática intelectual. Qualquer esforço no sentido de desvendar a natureza da crise de um determinado segmento do espaço do saber deve, portanto, partir da premissa de que o trabalho intelectual, embora possuindo uma dinâmica específica, sofre influência do próprio contexto histórico que constitui a materialidade do trabalho científico.” (Porto-Gonçalves, 1975, p.5)

Nesta materialidade, há a necessidade de revisar nossa forma de organizar o pensamento e nossa forma de comunicar, Chico Buarque sinaliza que “A linguagem, instrumento do pensamento organizado, tem que ser enriquecida, desdobrada, aprofundada, alçada ao nível que lhe permita captar e revelar a complexidade de nossa situação atual”.

Um exemplo prático é o trabalho de campo, que está ligado diretamente ao contraponto na verificação da realidade, e na própria validação do pensamento teórico até então elaborado, é na paisagem que a vida se manifesta e emprestamos do “senso comum” percepções na prática da realidade, para que a ciência tenha coerência e corresponda a uma via de complementariedade, não só a pura e simples aplicabilidade científica nos lugares onde o geógrafo realiza seu ofício.

É no tensionamento de preconceções, seja na educação, em instituições públicas e privadas, e para o próprio Estado, que é necessário revelar contradições e humanizar os limites do fazer. A revisão epistemológica do sentido dos conceitos e a realidade precisam ser articulados à flexibilidade. Vimos que o território não evidencia uma realidade que pressuponha uma transformação, pelo contrário, é a insistência na ideia de uma separação, seja de ordem natural e social.

Berque (1985) compreende que “a paisagem é a manifestação sensível de uma determinada escala do espaço.” e na medida em que pensamos uma paisagem, ou uma sociedade paisagística voltada à prática da paz, é nesta escala que ela precisa fazer sentido em uma primeira instância, a escala da percepção direta deste espaço.

A vida organizada a partir do território está estabelecida e encharcada de nosso cotidiano de trabalho, onde, pertencer a um território não significa ter condições de uma existência plena. Tampouco, ter condições de pensar profundamente sobre as estratégias de dominação, exploração e alienação de pessoas sobre pessoas. Assim, os conflitos são estimulados, mantidos e replicados nas mais diversas instâncias, com repercussões que transbordam fronteiras.

Vivemos uma vida fronteira em busca de momentos paisagísticos, quando o ideal seria vivermos uma vida paisagística para solucionar desafios fronteiriços.

A paisagem, enquanto um conceito geográfico é de ampla utilização em diversas áreas e em nosso cotidiano Name (2010, p. 164) diz que assim é “(...) palavra extremamente polissêmica, o que em muito contribui para que a mesma seja amplamente utilizada como mero termo de sentido comum, uma moeda de troca sem qualquer especificidade que banaliza e desistoriciza o conceito.”, porém este não deveria ser exatamente um problema na geografia, se, partimos de uma ciência que tem como objetivo a prática da paz, que significa, o bem viver a todos e todas, ela é justamente a chave interpretativa dos sujeitos no mundo.

Compreende-la enquanto uma palavra de ligação entre a academia e o mundo, por mais que ela seja amplamente utilizada de forma banal, e muitas vezes para caracterizar apenas a paisagem espetáculo, e por conseguinte metabolizada pelo capital como atrativo e produtor de desigualdades, ela é em sua essência um direito de apreender o mundo, não apenas em seu sentido material, mas de projeção e introjeção de si mesmo e sua pertença através do pensamento, aqui e agora.

Na geografia, por vezes, ela se torna apenas um acessório interpretativo da realidade, sempre conchavado a outros conceitos, a fim de validá-la enquanto categoria espacial legítima. É certo que o recorte paisagístico, a partir do sujeito, ou seja, de um corpo, tem uma escala espacial de alcance mínima, porém, também há uma falsa ideia de domínio de entendimento do mundo quando depositamos na cartografia, ou mais recentemente, nas imagens de satélite uma verdade espacial, para falar apenas das características físicas.

Quando nós, gentes, pessoas, seres humanos nos inserimos (ou nos vemos) dentro do processo de elaboração da realidade, a sua interpretação ganha novos sentidos. Há, no

documentário dos Racionais Mc's³¹, grupo de rap brasileiro da periferia de São Paulo, uma representação interessante que cabe ao debate sobre território e lugar em relação à paisagem. No frame abaixo, retirado do documentário acompanhado da fala de Mano Brown, é possível observar uma virada de chave de interpretação da realidade, que está em consonância com a perspectiva existencial, de apreensão da natureza e de si no mundo:

Frame do documentário “Racionais: Das Ruas de São Paulo Pro Mundo”



“-Quando eu descobri isso eu fiquei apaixonado... Eu comecei a frequentar a beira da represa em dia de chuva, eu ia quando não tinha ninguém. E ali era tudo pra mim. Aquela era a brisa. Coisa mais cinzento e ao mesmo tempo intimista é vento, trovão, neuvão. Era uma perspectiva que no outro disco a gente não tinha. Não acessava, entendeu? Esses sentimentos... de certas fraquezas que todo mundo tem. Ninguém podia falar.”

Fala do rapper Mano Brown no documentário “Racionais: Das Ruas de São Paulo Pro Mundo”

O *frame* retirado do documentário expressa na parte inferior da imagem o espaço da favela, dos problemas evidentes na falta de estrutura, na aglomeração da população, na ausência do Estado como ente que organiza e promove o bem viver, pelo contrário, aparece na figura repressora, do controle policial e da marginalização da população. Os conflitos e a imersão em um território face a paisagem da represa, que proporcionou a reflexão, revelam a potencialidade da paisagem. Leite (2021, p.20) diz que “a narração é o percurso aberto e contemporâneo que interliga o conjunto de relatos sobre o lugar, partindo do passado, mas mirando o futuro”, se torna assim uma entrada para ajuizamentos da própria finitude e percepção de outras possíveis realidades e práticas. Salette Kozel diz que:

³¹ No documentário sobre os Racionais Mc retrata a história de projeção a nível mundial do rap brasileiro alicerçado a perspectiva muito duras do cotidiano periférico, inclusive, as letras dos primeiros cd's retratavam está realidade.

O conceito de paisagem surge como apreensão estética do espaço, pelo entrelaçamento de sentimentos, emoções, sensações e percepções, imprimindo uma tonalidade mais humanizada e até mesmo espiritual às paisagens. (Kozel, 2022, p. 2)

Assim, a elaboração do conceito enquanto face de um sentido polissêmico, não é um problema, mas um lugar de conexões entre narrativas e percepções materiais e simbólicas. A diferença é que existe um trabalho de arcabouço teórico de pesquisadoras/es que se dedicam a pensar instrumentalmente estes conceitos como forma de caracterizar a realidade, mas também estão abertos em constante dependência de como as mudanças sociais demandam novas interpretações, e, as mudanças sociais nem sempre estão calcadas na própria ciência, são espontâneas e respondem a demandas imediatas.

A paisagem neste lugar, ou o entendimento de uma humanidade paisagística poderia nos levar ao respeito entre as pessoas, onde não há a nulidade de um dos lados, mas a metabolização de visões a partir desta paisagem comum. Neste ponto, Leite diz que essa organização do pensamento a partir da paisagem seria,

(...) um processo que elabora relações de paisagem entre vários lugares organizados. É essa a real dimensão paisagística de um território, porque recusa representações parciais e idealizadas, que buscam no passado a organização de seu futuro, estabelecendo, com a natureza de um lugar, relações imaginárias e eventualmente desejadas, mas irreais. (...) As paisagens são as expressões mais contundentes das relações materiais e simbólicas de uma sociedade com a natureza de um lugar. São bens de uso comum e, como tal, passíveis do estabelecimento de um pacto social para sua conservação e preservação. (Leite, 2021, p. 20)

Essa dimensão paisagística de representações ativas pode então se tornar um ponto de partida importante para conceber uma sociedade mais solidária. Fugindo a planificações de projetos internacionais que, na maior parte do tempo, negam dinâmicas locais, como foi o projeto de industrialização que se deu de forma desigual, o crescimento das cidades de forma desordenada, o esvaziamento do campo.

A paz tem se construído em nosso imaginário como um projeto pronto e estruturado, com diretrizes gerais para um mundo globalizado que, ao mesmo tempo que toca em pontos fundamentais em relação a desigualdade, como vimos nos objetivos da ONU, deixa outros que são estruturantes e que, também, deveriam ser resolvidos (como a acumulação de riqueza/poder sem limites). Assim, segue-se uma racionalidade de homogeneização do mundo e naturalização de sintomas da guerra, pensada e estrategicamente analisada em

tempos “ditos de paz” e aplicada em tempos de guerra. Não é possível que de fato estamos pensando sobre a paz, pois ela se tornou uma forma de se pensar a guerra.

Não é possível construir a paz sob os mesmos fundamentos da guerra. A paz deveria ser a ética básica de respeito a existência do outro, a aceitação do prazer/desprazer como par dialético e dependente. Se a guerra é a manutenção de esquemas desiguais, a paz seria a contestação direta dessas estruturas que são alicerces de hierarquias. Não é um desafio fácil, porém é necessário que se discuta a paz para além de uma ideia distante e utópica. Este é também um conceito em disputa, como já vimos.

É por isso que qualquer que seja o projeto elaborado por um outro que não conheça o sentido paisagístico de existir, serão projetos dados ao fracasso, ao conchavo de alianças contraditórias, e da legitimação de violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão trazida nesta dissertação teve como horizonte, ou, melhor dizer, como paisagem, a paz. Para chegar até a temática da paz, diante deste mundo tão confuso, parece uma romantização, e, em tempos de guerra, como a que vivemos enquanto redijo este texto, parece ser a única possibilidade a quem assiste à guerra e o aniquilamento do outro. Por tudo isso, fiz questão de iniciar as discussões a partir da natureza e sociedade para desvendar onde estariam os motivadores da guerra. Ela também pode ser uma romantização, a veneração da vitória, quando todos estamos condenados ao mesmo fim, mas que na prática, este fim tem ocorrido propositalmente.

Questiono se este não é um problema de natureza humana, e se é, como a geografia pode auxiliar nesta compreensão, aliada a outras áreas? Se temos dedicado tanto tempo em refletir sobre os territórios, e permanecemos em problemáticas passadas que se tornam atuais, talvez precisamos revisar nossas bases éticas e estéticas que motivam nosso pensar, fazer e agir no mundo.

Busquei respaldo de outras áreas que pudessem abrir caminhos de análise, pensando a relação humana com a morte e por consequência com a natureza, em esferas que atravessam indivíduo/sociedade/espécie, a fim de colaborar com um debate que tem em vista salientar estruturas constituídas neste mundo global a partir da dominação, não as encarando como determinantes, mas, como territórios possíveis de serem superados a partir da paisagem, do respeito mútuo.

A cidade, como introdução ao debate da sociedade, como espaço que metaboliza a si e organiza espaços outros, demanda e consome, tem fome e sede, de um território de contradições, da hierarquia, apresenta uma potencialidade para percebermos o quão imersos estamos em uma guerra (nem sempre) silenciosa, mas doente. Reclama a necessidade de percebermos a paisagem para nos lembrar da insistência na vida e em uma justiça social.

Se o território é um conceito que nos remete ao conflito, à ideia de pertencimento, como também de propriedade, então, olhar para a paisagem, em sua dimensão da Natureza, que ultrapassa nosso sentimento de posse e nos coloca em nosso devido lugar de finitude, lugar esse que deveria ser ponto de transformação para nosso ímpeto de construção humana, logo, esta concepção de paisagem pode ser uma forma de nos libertarmos das amarras das fronteiras e pensarmos um processo de politização pautado nos acordos entre as pessoas, os grupos sociais, as cidades, as regiões, as nações. Não na guerra.

É importante salientar novamente neste encerramento, ao menos deste documento de defesa, que a trajetória nos estudos sobre a fronteira em relação a uma interpretação sobre a ótica da raia, até a dissertação de mestrado no questionamento de fronteiras que marcam guerras e contradizem a própria dimensão de totalidade da Natureza, foi fundamental para aprofundar um sentido paisagístico que parece emergente às situações de conflitos que presenciamos na atualidade.

Este percurso acadêmico junto aos estudos da paisagem demonstram que este conceito merece ser amplamente utilizado como meio de politizar a vida, em bases que fortaleçam laços de solidariedade e reciprocidade no que diz respeito a uma condição comum enquanto humanidade. É necessário que haja um olhar atento a todas as heranças de dominação que marcam os espaços, da cidade ao campo, das fronteiras às relações internacionais, como também é preciso um horizonte paisagístico que não nos remeta sempre a etapa inicial de violações materiais e imateriais, que legitimam a violência como único caminho possível na resolução de conflitos.

Concluo afirmando que precisamos, nós, enquanto profissionais da geografia, ter o compromisso com uma ciência que se faz não na divisão sujeito-objeto, no distanciamento do mundo, mas, inseridos nele, sendo influenciados e agindo nos espaços. Desejo que nossos horizontes se ampliem a partir dos olhares alheios e que a vida seja mais paisagística para todos nós.

Referências

- ARENDDT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BECKER, Ernest. A negação da morte. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva; revisão técnica de José Luiz Meurer. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- BESSE, J -M. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Trad. Eliane Kuvasey e Mônica Balestrin Nunes. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online) São Paulo v. 18 n. 2 p. 241-252, 2014.
- CATAIA, Márcio. O papel das fronteiras na formação dos territórios. In: Território Nacional e Fronteiras Internas. A fragmentação de território brasileiro. São Paulo, 2001.
- CASTRO, Josué. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares. 1984.
- CARLOS, Ana Fani. Segregação Socioespacial e o “direito à cidade”. Geosp – Espaço e Tempo (On-line), v-24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020. ISSN 2179-0892 Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/177180>>
- CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do espaço da miséria. Scientia Plena: 166-170, 2005.
- COURAJOURD, Michel. A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam. In: SERRÃO, Adriana. Filosofia da Paisagem: uma antologia. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.
- DELL’AGNESE, Elena. O que a geografia (política) deve ser. A geografia política entre a paz e a guerra. Boletim Gaúcho de Geografia. v. 44, nº 1/2, 2017.
- DIAMOND, Jared. Armas, Germes e Aço. Tradução de Nota Assessoria, Silva de Souza Costa. -15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FONSECA, Raquel Agnes Santos. Paisagem e fronteira: geografias da raia internacional Sul-Rio-Grandense Brasil-Argentina-Paraguai. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal da Fronteira Sul. Orientador: Reginaldo José de Souza. Disponível em: <<<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4391>>
- FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. O mal-estar na civilização e outros trabalhos. Volume XXI (1927-1931). Traduzido do alemão e do inglês, sob direção de Jayme Salomão. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1969.

- HAESBERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 13ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- HAESBAERT, Rogério. PEREIRA, Sergio Nunes. RIBEIRO, Guilherme. Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. A mobilidade da fronteira: inserções do conhecimento sócio-espacial na crise da modernidade. 1998, v.1. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro
- HOLZER, Werther. Augustin Berque: Um trajeto pela paisagem. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 17-18, p. 55-63, jan/dez de 2004.
- KANT, Immanuel. Analítica do sublime. In: Crítica da faculdade do juízo. ed. 3
- KANT, Immanuel. À paz perpétua: um projeto filosófico. trad. Bruno Cunha. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.
- KEEGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, e primeiro lugar, para fazer a guerra.** 19ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- LATOUR, Bruno. Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno. Trad. Maryalua Meyer. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Criar paisagens: expressão artística ou instrumento civilizatório? In: A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem. Org. BESSA, Altamiro Sergio Mol. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021.
- MASSEY, Doreen. Pelo espaço: Uma Nova Política da Espacialidade. Trad.: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MENDONÇA, Francisco. Geografia Física: Ciência Humana? 8. ed. 2ª reimpressão – São Paulo: Ed. Contexto, 2013.
- MORIN, Edgar. O método I: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2008. 2ª ed. 479p.
- NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. GeoTextos, vol. 6, n. 2, dez. 2010. P. 163 - 186
- PASSOS, Messias Modesto dos. Paisagem e meio ambiente (Nordeste do Paraná). Maringá: Eduem, 2013.
- PLATÃO. Timeu e Crítias ou A Atlântida. Tradutor: Edson Bini. Editora: Edipro.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, Vol. 1, Nº. 1, 2004
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des)caminhos do meio ambiente. 15. ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. HAESBERT, Rogério. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- PLOEG, Jan Douwe van der. Imperios Alimentarios, Soberanía Alimentaria y Luchas Sociales. In: *Dossier Ruralidades em América Latina: convergências, disputas y alternativas em el siglo XXI. Revista Latino-americana de estudios rurales*. 2019. P. 165-187
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- SANGUIN, André-Louis. Paisagens de fronteira: variações em um importante tema da geografia política. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 42, n.2: 389-411, maio, 2015.
- SALATINI, Rafael. Reflexões sobre a paz
- SATRAPI, Marjane. *Persépolis*. Trad.: Paulo Werneck. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Um diálogo entre Einstein e Freud: Por que a Guerra? In: *Projeto Ciência contra a Violência*. Santa Maria: Fadisma, 2005. 48p.
- SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada? **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 7–27, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view>. Acesso em: 3 abr. 2021.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A excepcionalidade da paisagem e do lugar: A transcendência da (i)materialidade por meio da mediação de subjetividades. 1. ed. – Montes Claros/MG – Editora do IFNMG, 2023.
- SOUZA, Reginaldo. Humanidade edipiana: desamparo, castração e a neurose sociedade-natureza. In: **Natureza Humana – Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise**, n. 22, 2022.
- SOUZA, Reginaldo. A sociedade como passagem e a natureza como permanência. In: *Geograficidade*. **Geograficidade**, 11(2), 2022.

- SWYNGEDOUW, Erik. **A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização ciborgue”**. In: ACSELRAD, Henri. *A Duração das Cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2001.
- TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.
- TUAN, Yi-fu. *Medo da natureza: grandes caçadores e fazendeiros pioneiros*. In: *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- TURRA NETO, N. *Pesquisa qualitativa em Geografia*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS (ENG), 12., Belo Horizonte, 22-28 jul. 2012. *Anais...* Belo Horizonte: Associação de Geógrafos Brasileiro (AGB), 201
- VESENTINI, José Willian. *Novas Geopolíticas*. 5. ed., 4ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2016.
- WHITEHEAD, Alfred North. *Natureza e pensamento*. In: *O Conceito de Natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 5-33.
- WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Trad.: Denise Bottman. Porto Alegre, RS: L&PM, 2021.